



Universidade Federal
de São João del-Rei



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:
TEORIA LITERÁRIA E CRÍTICA DA CULTURA

BIANCA RESENDE CARVALHO

**ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO: EFEITOS DE SENTIDO SOBRE A
DITADURA MILITAR EM PRONUNCIAMENTOS DE JAIR BOLSONARO NA
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

SÃO JOÃO DEL-REI
2022

BIANCA RESENDE CARVALHO

Análise do discurso político: efeitos de sentido sobre a ditadura militar em pronunciamentos de Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Linha de pesquisa: Discurso e Representação Social

Orientador(a): Prof. Dr. Edmundo Narracci Gasparini

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C331a Carvalho, Bianca Resende.
Análise do discurso político : efeitos de sentido sobre a ditadura militar em pronunciamentos de Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados / Bianca Resende Carvalho ; orientador Edmundo Narracci Gasparini. - São João del-Rei, 2022.
83 p.

Dissertação (Mestrado - Letras) -- Universidade Federal de São João del-Rei, 2022.

1. Ditadura militar. 2. Análise do discurso. 3. Discurso político. I. Narracci Gasparini, Edmundo , orient. II. Título.

Bianca Resende Carvalho

Análise do discurso político: efeitos de sentido
sobre a ditadura militar em pronunciamentos de
Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados

Banca Examinadora

Prof. Dr. Edmundo Narracci Gasparini – UFSJ
(Presidente/Orientador)


Prof.^a Dr.^a Janaína de Assis Rufino – IFSUDESTE
(Titular Externo)

Prof.^a Dr.^a Natália Elvira Sperandio - UFSJ
(Titular Interno)

Prof. Dr. Antônio Luiz Assunção
Coordenador *Pro Tempore* do PPG em Letras

Março de 2022



Emitido em 11/05/2022

CERTIFICADO Nº 947/2022 - PROMEL (13.20)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 11/05/2022 15:59)

ANTONIO LUIZ ASSUNCAO
VICE-COORDENADOR - SUBSTITUTO
PROMEL (13.20)
Matrícula: 986744

(Assinado digitalmente em 11/05/2022 14:14)

EDMUNDO NARRACCI GASPARINI
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
COLIL (12.81)
Matrícula: 1434816

(Assinado digitalmente em 11/05/2022 14:25)

NATALIA ELVIRA SPERANDIO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DELAC (12.21)
Matrícula: 1189100

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufsj.edu.br/public/documentos/> informando seu número: **947**, ano: **2022**, tipo: **CERTIFICADO**, data de emissão: **11/05/2022** e o código de verificação: **555892c355**

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me acompanhar em todos os momentos.

À minha amada família: minha mãe, Ângela; minhas irmãs, Priscila e Bárbara; meu namorado, Vinícius. Obrigada por caminharem ao meu lado e sonharem meu sonho comigo. Eterna gratidão por acreditarem em mim e pelo apoio incondicional. Sem vocês, nada disso seria possível.

Aos meus amados companheiros felinos que estiveram ao meu lado durante essa jornada, tornando o caminho mais leve: Nina e Chaves, titia ama vocês (Chavinho, você será eternamente lembrado <3); Skol e Caracol, meus filhos felinos de pata fofa, xodós de mamãe, amo vocês.

Ao Tão, Tigão, Titito e Fantinha, por sempre me fazerem rir.

Aos meus queridos amigos de longa data, por estarem ao meu lado – mesmo a distância. Obrigada pelo companheirismo e por compreenderem minhas (longas) ausências.

Aos amigos do mestrado, que certamente ajudaram a superar as dificuldades enfrentadas, compartilhando conhecimentos, experiências e muitas risadas. Vocês foram essenciais.

Ao meu orientador, Edmundo, por ter me acolhido com paciência, dedicação, compreensão e por todos os conhecimentos compartilhados comigo. Suas explicações foram fundamentais para o andamento deste trabalho. Obrigada por tanto!

À CAPES, pelo financiamento desta pesquisa.

Ao PROMEL e aos professores do mestrado, pelo empenho e pelos ensinamentos.

À banca examinadora, pela leitura atenta e pelas contribuições ao meu trabalho.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, me apoiaram e participaram de minha caminhada.

*“Eu vejo o futuro repetir o
passado
Eu vejo um museu de grandes
novidades”.*

Cazuza, em “O Tempo Não Pára”

RESUMO

A presente pesquisa se propõe a analisar onze pronunciamentos de Jair Messias Bolsonaro, proferidos entre 2004 e 2016, na Câmara dos Deputados, de modo a identificar como os pronunciamentos do então parlamentar significam o período da ditadura militar brasileira (1964-1985). Os pronunciamentos selecionados foram analisados com base na elaboração de Laclau (2013) e Moraes (2019) acerca da divisão do campo social em dois polos antagônicos, e na indicação de Pêcheux acerca do discurso político como um “representante exemplar de diversos tipos de processos discursivos” (PÊCHEUX, 1997a, p. 77), sendo um espaço marcado pela disputa pelos significados (PÊCHEUX, 2014b). A análise nos permitiu apontar que os pronunciamentos de Bolsonaro são caracterizados não apenas pela dicotomização do espaço social (LACLAU, 2013), constitutiva da forma de discurso político que propusemos, dividindo a sociedade em dois polos em relação de oposição, mas também pela lógica militar da guerra ao inimigo interno (ANDRADE, 2019). A análise indicou, ainda, que a ditadura militar desponta como uma *revolução* em contraponto a uma suposta ameaça comunista.

Palavras-chave: Ditadura militar. Análise do Discurso. Discurso político.

ABSTRACT

The present research intends to analyze eleven pronouncements made by Jair Messias Bolsonaro between 2004 and 2016 in the House of Representatives, in order to identify how the period of the Brazilian military dictatorship (1964-1985) is signified in such statements. The selected pronouncements were analyzed based on the formulations of Laclau (2013) and Morais (2019) about the division of the social field into two antagonistic poles, and on Pêcheux's propositions about the political discourse as an "exemplary representative of various types of discursive processes" (PÊCHEUX, 1997a, p. 77), being a space marked by the dispute over meanings (PÊCHEUX, 2014b). The analysis allowed us to point out that Bolsonaro's statements are characterized not only by the dichotomization of social space (LACLAU, 2013), constitutive of the form of political discourse that we proposed, dividing society into two poles in an oppositional relationship, but also by a military logic that points out an internal enemy (ANDRADE, 2019). The analysis also indicated that the military dictatorship is signified as a revolution in counterpoint to a supposed communist threat.

Keywords: Military dictatorship. Discourse analysis. Political discourse.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 RETOMANDO A HISTÓRIA: OS 21 ANOS DA DITADURA MILITAR NO BRASIL.....	9
1.1 Os pronunciamentos de Jair Bolsonaro sobre a ditadura militar.....	11
2 ANÁLISE DO DISCURSO: ALGUNS CONCEITOS.....	15
2.1 Sobre ideologia, formações ideológicas e efeitos de sentido.....	15
2.2 Sobre o discurso político e as condições de produção do discurso.....	23
3 ANÁLISE.....	29
3.1 Orientações metodológicas da pesquisa.....	29
3.2 Sentidos sobre a ditadura militar nos pronunciamentos.....	30
3.3 Discussão.....	52
3.3.1 Os sentidos nos pronunciamentos de Jair Bolsonaro.....	52
3.3.2 Considerações sobre a ameaça comunista e a lógica militar da guerra ao inimigo interno.....	56
3.3.2.1 Sobre a lógica militar da guerra ao inimigo interno nos pronunciamentos.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
Referências.....	66
Anexos.....	71

INTRODUÇÃO

O regime militar, que governou o país entre 1964 e 1985, é um tema em destaque na atualidade, em meio a diversas referências feitas pelo Presidente da República Jair Bolsonaro ao regime em seu primeiro ano de governo.

Entretanto, a menção ao regime militar não é recente: ao longo de sua carreira política, Jair Bolsonaro acumulou numerosas manifestações de apoio à ditadura militar. Com base nas transcrições dos pronunciamentos que Bolsonaro fez na Câmara dos Deputados, um levantamento apontou que o então deputado mencionou o regime militar em um a cada quatro pronunciamentos no plenário. Das 901 falas catalogadas, 252 (28%) mencionam o período em que os militares estiveram no poder (MENEGAT, 2019). Nas Notas Taquigráficas estão disponíveis as falas de 17 dos 27 anos em que Bolsonaro representou o Rio de Janeiro na Câmara.

Pensando nisso, o objeto de nossa pesquisa é constituído pelas sequências discursivas extraídas de pronunciamentos feitos por Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados no período entre 2004 e 2016. Interessa-nos, aqui, analisar os sentidos em jogo nos pronunciamentos do então deputado sobre a ditadura militar. Para tanto, selecionamos os pronunciamentos em que Bolsonaro reverencia a data de 31 de março de 1964, disponíveis nas Notas Taquigráficas da Câmara dos Deputados.

Ainda que o sistema da língua seja comum a todos os falantes, como aponta Pêcheux (2014a), ele *significa* de modos diferentes dentro de processos discursivos diferentes. Dessa maneira, as diferentes posições dos sujeitos determinarão o modo de significação da língua: “as *palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência às *formações ideológicas [...]* nas quais essas posições se inscrevem” (PÊCHEUX, 2014a, p. 146-7, grifos do autor).

Posicionando-se como Deputado Federal, Bolsonaro é interpelado em sujeito por uma formação discursiva determinada que representa, em seus pronunciamentos, a formação ideológica na qual se insere (PÊCHEUX, 2014a). Então, seus pronunciamentos na Câmara dos Deputados possuem uma carga semântica específica e a análise destes pode auxiliar a compreender a formação ideológica que define o posicionamento de Bolsonaro e seus aliados no jogo de relações sociais.

Assim, a pesquisa a ser realizada tem como objetivo geral analisar, tomando como base as elaborações de Michel Pêcheux (1997a; 2014a) e de Ernesto Laclau (2013), como os pronunciamentos do então Deputado Federal Jair Bolsonaro significam o período da Ditadura Militar (1964-1985). Para tanto, nossos objetivos específicos são: 1) identificar os efeitos de sentido presentes nos pronunciamentos de Bolsonaro sobre a ditadura militar brasileira e 2) contribuir para a delimitação de uma forma do discurso político.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: primeiramente, faremos um panorama sobre a ditadura militar brasileira; em nosso capítulo teórico, discutiremos sobre alguns conceitos da Análise do Discurso, quais sejam: (a) ideologia, formações discursivas e ideológicas e efeitos de sentido; e (b) discurso político e condições de produção do discurso; em seguida, detalharemos o percurso metodológico que orientará a análise e o corpus. Por fim, levantaremos, a partir do corpus, nossas análises e considerações finais.

1. RETOMANDO A HISTÓRIA: OS 21 ANOS DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

Tendo em vista o corpus deste trabalho, constituído por sequências discursivas extraídas dos pronunciamentos feitos por Jair Bolsonaro cujo tema central é a ditadura militar brasileira (1964-1985), propomo-nos fazer um breve panorama deste período histórico, de sua origem e consolidação até a redemocratização.

Diante de um cenário marcado por lutas populares e reformas estruturais, João Goulart, então presidente brasileiro, considerado como radical pelas Forças Armadas, foi deposto pelos militares entre 31 de março de 1964 e 01 de abril de 1964, dando início à ditadura militar no Brasil, que governou o país até 1985.

Tendo em vista o cenário de guerra fria, bem como movimentos sindicalistas e ligas camponesas que ganhavam força no início da década de 1960, setores conservadores e setores de direita viam, em tais movimentos, a iminência de uma ameaça comunista no país. Tal cenário, aliado a um período de inflação e de instabilidade política, motivou parte da população a apoiar a entrada de um governo forte (ARQUIDIOCESE, 2014). Esse apoio pode ser explicado por uma indicação de Solano (2019). Segundo a autora, em tempos de crise, parcelas da população acreditam que a ordem nos âmbitos político, econômico e social seria reestabelecida a partir da retomada dos valores militares: “hierarquia, disciplina, autoridade” (SOLANO, 2019, p. 129).

Instalou-se, no país, um regime militar sob o pretexto de proteger o país de uma revolução comunista. Codato (2005) assinala que a tomada de poder em 1964 marcou uma virada no papel desempenhado pelos militares na política brasileira até então. De acordo com o autor,

A ação final contra a “democracia populista” (1946-1964) ou, como preferem os conservadores, a “Revolução”, trouxe duas novidades. Não se tratava mais de uma operação intermitente das Forças Armadas com um objetivo preciso, quase sempre o de combater a “desordem” (a política de massas) ou o “comunismo” (a política social) ou a “corrupção” (i. e., a política propriamente dita), mas de uma intervenção permanente. A garantia política que as Forças Armadas emprestaram aos governos civis, notadamente no pós-1930, convertia-se agora num *governo militar*. Há, de fato, uma mudança de regime político. Da mesma forma, não mais se tratava de um pronunciamento, em que um chefe militar de prestígio ou um

grupo de oficiais se recusava a obedecer ao governo, mas de um *movimento institucional* das Forças Armadas. (CODATO, 2005, p. 86, grifos do autor)

De início, foi implantado um Estado forte (ARQUIDIOCESE, 2014) com a criação dos Atos Institucionais (AIs). O primeiro, publicado ainda no primeiro ano da ditadura, em 1964, cassou direitos políticos e permitiu que o governo tivesse controle sobre a população e o Congresso. Em 1965, a edição do AI-2 acabou com os partidos políticos e tornou as eleições para presidente indiretas, acenando para um regime que se prolongaria: “Não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará¹” (ARQUIDIOCESE, 2014, p. 59).

Em 1968, houve a edição do AI-5, considerado o período mais duro da ditadura militar. Este ato fechou o Congresso, cassou parlamentares e paralisou os movimentos populares que se opunham à ditadura militar. Os anos seguintes foram marcados por violência e repressão:

Constata-se um círculo vicioso: a resistência armada intensifica suas ações e parte para os sequestros, exigindo em troca a libertação de presos políticos; a Junta Militar, por sua vez, adota as penas de morte e banimento, tornando mais duras as punições previstas na Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei n. 898), além de outorgar uma Constituição mais autoritária. (ARQUIDIOCESE, 2014, p. 61)

Num cenário considerado o mais repressor e violento do período militar, Médici assume a presidência com o lema “Segurança e Desenvolvimento”, que fez com que o Brasil ficasse conhecido no exterior por torturas, perseguições, exílios e cassações (ARQUIDIOCESE, 2014, p. 61). Em contrapartida, neste período o país viveu o chamado “Milagre Econômico”², marcado por obras como a ponte Rio-

¹ Trecho da introdução da edição do Ato Institucional número 2.

² Ainda que os números indiquem um crescimento econômico no período (entre 1967 e 1973, as taxas de crescimento do PIB foram de 10,2%, ultrapassando a meta de 6% ao ano), o que justifica o nome de “milagre econômico”, haja vista a rápida aceleração econômica vista no país, por trás da suposta prosperidade que o Brasil vivia, houve uma intensificação da concentração de renda – para o governo, primeiro era necessário que o bolo crescesse, antes de ser dividido. Contudo, essa divisão não aconteceu e os mais ricos, que em 1960 detinham cerca de 28,3% da participação na renda, passaram a ter 39,8% em 1972. Outra consequência do “milagre econômico” foi a exploração da mão de obra, já que os empregados não podiam mais negociar seus salários e benefícios. Para mais informações, conferir em <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>>.

Niterói, por uma suposta retomada do crescimento econômico e por uma retórica ufanista (ARQUIDIOCESE, 2014).

Ao final de 1973, com o “milagre econômico” começando a mostrar sinais de crise, o General Ernesto Geisel assumiu o governo do país. Nos anos seguintes, foi observada uma abertura da vida partidária, bem como a suspensão do AI-5, mas o processo de redemocratização viria apenas de forma “lenta, gradual e segura” (ARQUIDIOCESE, 2014, p. 63). Contudo, “O governo da ‘distensão’ queria deixar claro, dessa forma, que a abertura da vida política não implicava tolerar a presença das forças consideradas de esquerda.” (ARQUIDIOCESE, 2014, p. 63).

O governo de Figueiredo continuaria o processo de abertura de forma lenta, que criaria a lei de anistia e a permissão para formação de novos partidos políticos, o que, por sua vez, daria espaço à violência imposta pela linha dura, um grupo associado ao governo militar. A desagregação do período militar (CODATO, 2005) se daria em 1985, com a posse de um civil, José Sarney, vice do presidente eleito por eleições indiretas, Tancredo Neves. A partir de então, houve a transição para um regime liberal-democrático, bem como sua consolidação, marcada pela promulgação da Constituição de 1988 e pelas eleições diretas (CODATO, 2005).

Mesmo após o fim da ditadura militar brasileira com as eleições diretas, como mencionamos na introdução deste trabalho, o regime militar é um tema ainda muito presente na sociedade atual, principalmente se levarmos em consideração os posicionamentos de Jair Messias Bolsonaro em defesa da censura, da tortura e da ditadura militar ao longo de sua carreira política (CARVALHO; GASPARINI, 2020).

Por ser o tema central do objeto de pesquisa do presente estudo, torna-se relevante contextualizar, ainda que em linhas gerais, o período da ditadura militar, de modo a compreender os pronunciamentos de Bolsonaro.

Na seção seguinte, faremos uma breve exposição a respeito dos pronunciamentos de Jair Bolsonaro sobre a ditadura militar na Câmara dos Deputados.

1.1 Os pronunciamentos de Jair Bolsonaro sobre a ditadura militar

Sr. Presidente, regimentalmente, solicito 5 minutos, porque hoje é um dia muito especial para mim. Sou Capitão do Exército Brasileiro e quero falar um pouco sobre o dia 31 de março de 1964.
(BOLSONARO, 2005)

Jair Messias Bolsonaro, presidente brasileiro eleito em 2018, acumula numerosas falas em defesa da ditadura militar. Como mencionamos anteriormente, em seus anos de carreira política, Jair Bolsonaro fez diversas manifestações de apoio à ditadura militar. Nas sessões do plenário da Câmara dos Deputados não foi diferente. Em seus 27 anos como Deputado Federal (1991-2018), Bolsonaro fez diversas menções em defesa da ditadura.

De acordo com Menegat (2019), Bolsonaro mencionou a ditadura em, pelo menos, um a cada quatro pronunciamentos enquanto Deputado. Usando como base as Notas Taquigráficas³ do site da Câmara dos Deputados, Menegat (2019) fez um levantamento que demonstrou que Jair Bolsonaro se referiu à ditadura pelo menos 252 vezes no plenário. Cabe ressaltar que estão disponíveis no banco de dados os pronunciamentos feitos a partir de 2001, contemplando, ao todo, 17 dos 27 anos em que Bolsonaro representou o Rio de Janeiro da Câmara⁴. Nesse período de 17 anos, foram registrados 901 pronunciamentos feitos pelo então Deputado Federal. Os pronunciamentos em que Bolsonaro menciona a ditadura representam um total de 28% das falas catalogadas entre 2001 e 2018.

Sobre o teor dos 252 pronunciamentos que mencionam a ditadura, Menegat (2019) afirma que as falas quase sempre colocam em cena dois grupos antagônicos, quais sejam, a ditadura militar – apontada por Bolsonaro como defensora da ordem e da segurança nacional⁵ – e a oposição aos governos militares – que seriam, nos

³ Banco de dados de acesso público que conserva pronunciamentos dos Deputados e de convidados em sessões plenárias da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional.

⁴ Na matéria, Menegat (2019) menciona que “Discursos anteriores à 2001 não estão transcritos no site – há apenas um link para o documento do Congresso, em PDF, que contém todos os pronunciamentos feitos por qualquer deputado na data.”

⁵ Sobre uma postagem de Bolsonaro em uma rede social, Morais (2019) indica que “há a construção de dois grupos antagônicos: de um lado, a população de bem, do outro, a esquerda brasileira e o Partido dos Trabalhadores (PT). Em oposição lógica às pessoas/cidadãos de bem, haveria os não-cidadãos de bem; infere-se, então, que o cidadão de bem não só não é esquerdista/petista, como também possui por princípio sua negação política, de modo que ambos os grupos estão dispostos de maneira mutuamente excludentes. O posicionamento conflituoso entre tais grupos decorreria do fato de a esquerda brasileira ser anti-nacional, anti-democrática, ideologicamente radical, grevista, desordeira, corrupta e comunista. Logo, a favor do desarmamento da população de bem, da luta de classes e do desgaste dos valores da família. Em decorrência disso, citando o editorial do antigo proprietário do jornal O Globo, Roberto Marinho, o então parlamentar propõe uma ressignificação da ditadura militar brasileira (1964-1985) como Revolução, visto que, como reação à suposta ameaça dos “terroristas de esquerda”, a subida dos militares ao poder teria sido uma medida necessária à garantia da ordem, das instituições democráticas e dos anseios nacionais. (MORAIS, 2019, p. 162-163)”. Nesse sentido, a ditadura militar desponta como uma Revolução em resposta a uma suposta ameaça terrorista que assolava o país.

pronunciamentos, delinquentes e terroristas. Nesse sentido, como descreve Menegat (2019), os militares são exaltados por terem “salvado a pátria do comunismo” e “aniquilado” os movimentos de esquerda – apontados como “ameaça comunista”. Em outros momentos, os pronunciamentos “negam que o regime tenha cometido violações de direitos humanos – o que está em desacordo com o consenso historiográfico atual.” (MENEGAT, 2019).

Segundo demonstra o levantamento, entre os anos de 2001 e 2018, o período em que Jair Bolsonaro mais mencionou a ditadura militar foi quando Dilma Rousseff, então ministra da Casa Civil, se candidatou à presidência. Com maior intensidade, enquanto tramitava a lei da Comissão Nacional da Verdade⁶, houve um pico na incidência dos pronunciamentos sobre a ditadura. Menegat (2019) diz que as falas se pautavam “em geral para negar que desaparecimentos forçados, perseguição ideológica e tortura tenham acontecido. Além disso, ele acusava a comissão de parcial por não investigar crimes cometidos pelos grupos armados que lutavam contra o regime.”.

Relacionando ao nosso objeto de pesquisa, sabe-se que, dos 901 pronunciamentos de Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados, em 252 a ditadura militar é mencionada, o que corresponde a 28%. Nosso corpus foi constituído por onze destes, cujo tema principal é a data de 31 de março de 1964. As falas selecionadas foram proferidas em data igual ou próxima a 31 de março, nos anos de 2004, 2005, 2006, 2007, 2009, 2010, 2012, 2013, 2015⁷ e 2016.

Considerando que estão catalogados os pronunciamentos desde 2011, e que em quase todos os anos o então Deputado Federal reverencia a data que marca o início da ditadura militar, foram selecionados os pronunciamentos em que há tal homenagem. Nos demais anos entre 2001 a 2016 que não foram contemplados neste trabalho, ou não há registros de saudação à ditadura em data próxima a 31 de março, ou não puderam ser recuperados elementos que ocupam o lugar de X e Y na forma X EM OPOSIÇÃO A Y, forma esta que é estrutural dos pronunciamentos de Bolsonaro, como teremos a oportunidade de mostrar adiante.

⁶ A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi um órgão temporário que investigou a repressão política e as violações dos direitos humanos cometidos pelo Estado brasileiro, tendo suas atividades encerradas em 2014 após a entrega do relatório final. Para mais informações, conferir em cnv.memoriasreveladas.gov.br.

⁷ Foram analisados dois pronunciamentos do ano de 2015. O primeiro, feito no dia 31 de março de 2015 e o segundo no dia 01 de abril de 2015, ambos em referência ao aniversário do começo da ditadura militar brasileira.

Interessou-nos analisar possíveis efeitos de sentido sobre a ditadura militar brasileira nos pronunciamentos de Bolsonaro. Além disso, propomo-nos, também, a contribuir para a compreensão de uma forma do discurso político a partir da articulação da indicação de que o discurso político seria um “representante exemplar de diversos tipos de processos discursivos” (PÊCHEUX, 1997a, p. 77) e da elaboração de Laclau (2013) a respeito da lógica populista.

2. ANÁLISE DO DISCURSO: ALGUNS CONCEITOS

A Análise do Discurso surgiu, como afirma Brasil (2011), a partir de questionamentos que rompem com a ideia de língua apenas como um sistema, em que se exclui a influência de fatores externos ao sistema da língua na produção de sentidos. A partir da apresentação de uma teoria cujo objeto de estudo deixa de ser a frase e passa a ser o discurso, os estudos passam a ser centrados na linguagem em sua prática (BRASIL, 2011), em que os sentidos que emergem dos discursos não estão claros ou transparentes.

A fim de esclarecer alguns conceitos importantes para a Análise do Discurso, na seção seguinte faremos algumas considerações sobre os conceitos de ideologia, formações ideológicas e efeitos de sentido sob a ótica da teoria pêcheutiana.

2.1 Sobre ideologia, formações ideológicas e efeitos de sentido

A Análise do Discurso (doravante AD) nasce da confluência entre os campos da Linguística, Psicanálise e Materialismo histórico (SANTOS, 2013, p. 218) numa relação entre ideologia, discurso e subjetividade. Pêcheux e Fuchs ressaltam que o campo da AD se estabeleceu partir da articulação de três áreas do conhecimento científico, atravessadas ainda por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica:

[...] começaremos por apresentar, numa primeira parte, o quadro epistemológico geral deste empreendimento.

Ele reside, a nosso ver, na articulação de três regiões do conhecimento científico:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica) (PÊCHEUX e FUCHS, 1997, p. 163-4)

É importante salientar que a Análise do Discurso considera o sujeito histórico, inserido em suas condições de dizer. Desse modo, dentro da perspectiva da teoria

pêcheutiana, o discurso é compreendido como efeitos de sentido entre locutores, uma vez que a língua, por não ser um objeto transparente, é considerada como *modos de significação*.

Althusser (1980) afirma que a ideologia existe sempre nas práticas de um aparelho ideológico e é constituída de uma existência material. Nesse sentido, Althusser (1980) argumenta que a ideologia é constituída por atos inseridos em práticas, sendo estas determinadas pela existência material de um aparelho ideológico. Em outras palavras, as “[...] ideias são actos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais que são também definidos pelo aparelho ideológico material de que relevam as ideias desse sujeito” (ALTHUSSER, 1980, pp. 88-9).

Na mesma perspectiva de Althusser (1980), Pêcheux (2014a, p. 130) diz que as ideologias “não são feitas de ‘idéias’ mas de práticas”, dentre estas, a prática da linguagem. De acordo com Pêcheux e Fuchs (1997), o discurso é um dos aspectos materiais da materialidade ideológica:

se deve conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica. Dito de outro modo, a *espécie* discursiva pertence, assim pensamos, ao *gênero* ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas de que acabamos de falar “comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas que determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura” (PÊCHEUX e FUCHS, 1997, p. 166)

Courtine (2016, p. 14) aponta que o discurso “materializa o contato entre o ideológico e o linguístico, na medida em que ele representa no interior da língua os efeitos das contradições ideológicas e onde, inversamente, manifesta a existência da materialidade linguística no interior da ideologia”.

Althusser (1980) argumenta que a ideologia tem por função interpelar indivíduos em sujeitos. Para o autor, “a ideologia ‘age’ ou ‘funciona’ de tal forma que ‘recruta’ os sujeitos entre os indivíduos (recruta-os a todos), ou ‘transforma’ os indivíduos em sujeitos (transforma-os a todos)” (p. 99). Assim, ser interpelado pela ideologia implica em ser determinado por ela e também marcado pela ilusão da liberdade, de ser dono de seu dizer e fazer. Desse modo,

o sujeito age enquanto é agido pelo seguinte sistema [...]: ideologia existindo num aparelho ideológico material, prescrevendo práticas materiais, reguladas por um ritual material, as quais (práticas) existem nos actos materiais de um sujeito agindo em consciência segundo a sua crença. (ALTHUSSER, 1980, p. 90)

A ideologia dissimula sua existência (PÊCHEUX, 2014a) impondo um conjunto de evidências aos sujeitos (ALTHUSSER, 1980), de tal modo que os sujeitos têm a ilusão da liberdade, de serem donos de seus dizeres, ou seja, têm a ilusão de dominar os sentidos de seus discursos:

a categoria de sujeito é uma “evidência” primeira [...]: é claro que eu e você somos sujeitos (livres, morais, etc.). Como todas as evidências, incluindo as que fazem com que uma palavra “designa uma coisa” ou “possua uma significação” (portanto incluindo as evidências da “transparência” da linguagem), está “evidência” de que eu e você somos sujeitos – e que esse facto não constitui problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. Aliás, é próprio da ideologia impor (sem o parecer, pois que se trata de “evidências”) as evidências como evidências, que não podemos deixar de *reconhecer*, e perante as quais temos a inevitável reacção de exclamarmos (em voz alta ou no “silêncio da consciência”): “é evidente! É isso! Não há dúvida!”. (ALTHUSSER, 1980, pp. 95-6, grifos do autor)

Sendo assim, a ideia da transparência da linguagem, de acordo com a qual uma palavra “possuiria um significado” ou “designaria uma coisa”, é uma evidência ideológica. Desse modo, podemos dizer que os sujeitos são perpassados pela ideologia, que por sua vez determina a constituição do sentido do discurso. Sujeito e sentido são, então, evidências ideológicas. Nas palavras de Pêcheux (2014a), a ideologia impõe a evidência do sentido ao sujeito. Assim, “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)” (PÊCHEUX, 2014a, p. 150).

Tomando como base a interpelação dos indivíduos como sujeitos por meio da ideologia, Pêcheux (2014a) argumenta que o sujeito não se apropria da língua, mas é apropriado por ela ao dizer, reconhecendo-se como tal a partir de suas práticas em uma determinada formação ideológica, conceito definido como “[...] posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas” (PÊCHEUX, 2014a, p. 146), remetendo,

então, a um conjunto de “atitudes” e “representações” relacionadas a posições de classe em conflito.

As formações ideológicas, constituídas pelas posições ideológicas, são definidas por Haroche, Henry e Pêcheux (1971, p. 102) da seguinte forma:

Falaremos de formação ideológica para caracterizar um elemento suscetível de intervir – como uma força confrontada a outras forças – na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado. Cada formação ideológica constitui desse modo um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” e nem “universais”, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras.

A partir dessa formulação, Haroche, Henry e Pêcheux (1971) apontam que as formações ideológicas compreendem em si “uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada” (p. 102), o que significa que “os discursos são governados por formações ideológicas” (BRANDÃO, 2002, p. 47).

A ideologia interpela o indivíduo em sujeito de seu discurso sem que ele tenha consciência disso; este tem a ilusão de dominar os sentidos do dizer. “[...] a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina, identificação na qual o sentido é produzido como evidência pelo sujeito” (PÊCHEUX, 2014a, p. 238). Assim,

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar *interpelação*, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (PÊCHEUX e FUCHS, 1997, p. 165-6)

Por designarem as posições de sujeitos, as formações ideológicas são constituídas por formações discursivas – que remetem a conjuntos do que pode e deve ser dito e do que não pode e não deve ser dito, de modo que “as palavras,

expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas” (PÊCHEUX, 2014a, p. 147). Desse modo, como apresentam Haroche, Henry e Pêcheux (1971, p. 103), “as palavras ‘mudam de sentido’ ao passar de uma formação discursiva a outra”.

[...] o “sentido” de uma seqüência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta seqüência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva (o que explica, de passagem, que ela possa ter vários sentidos). É este fato de toda seqüência pertencer necessariamente a uma formação discursiva para que seja “dotada de sentido” que se acha recalcado para o (ou pelo?) sujeito e recoberto para este último, pela ilusão de estar na *fonte do sentido*. (PÊCHEUX e FUCHS, 1997, p. 167. Grifo dos autores)

Para Orlandi (2007, p. 20), as formações discursivas “refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes”.

Courtine (2014) salienta que “o domínio de saber de uma formação discursiva funciona como um princípio de aceitabilidade discursiva para um conjunto de formulações (determina “o que pode e deve ser dito”), assim como um princípio de exclusão (determina “o que não pode/não deve ser dito)” (p. 99).

Courtine (2013) afirma que

o encerramento de uma FD é fundamentalmente instável, ele não consiste em um limite traçado separando de uma vez por todas um interior e um exterior do seu saber, mas se inscreve entre diversas FD como *uma fronteira que se desloca* em função das questões da luta ideológica. (COURTINE, 2016, p. 19, grifos do autor)

Se as formações discursivas funcionam também por um princípio de exclusão, este princípio evoca, então, o silêncio. Orlandi (2007) propõe que o silêncio não é o vazio, a inexistência de palavras, mas sim aquilo que é apagado e, assim como as palavras, ele significa. Para a autora, “impor o silêncio não é calar o interlocutor mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio(s)” (ORLANDI, 2007, p. 102). Nesse sentido, Orlandi (2007) distingue o silêncio entre:

a) o silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar; e b) a política do silêncio, que se subdivide em: b 1) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras” palavras); e b 2) o silêncio local, que se refere à censura propriamente (àquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura). (p. 24)

Nesse sentido, Orlandi (2007) explica que, mesmo não estando em uma ditadura, pode haver ainda a possibilidade de impedimento no que diz respeito ao dizível no âmbito do discurso político.

Para Pêcheux, (2014a) a formação discursiva “é o lugar da constituição do sentido” (p. 148). Desse modo, palavras iguais podem assumir significados diferentes por estarem em formações discursivas diferentes, assim como palavras diferentes podem ter significados iguais por se inscreverem em formações discursivas iguais.

Assim,

O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. (ORLANDI, 2008, p. 43)

Pêcheux (2014a) afirma que “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não *tem* um *sentido* que lhes seria próprio, preso a sua literalidade [...] o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição *por* uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição” (PÊCHEUX, 2014a, p. 239, grifos do autor). Desse modo, o autor argumenta que o sentido não é determinado pelas propriedades da língua (como as ligações entre sintaxe e léxico), ou seja, os significantes não são dotados de sentido.

O sentido, então,

se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras,

expressões ou proposições da mesma formação discursiva. De modo correlato, se se admite que as *mesmas* palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a uma outra, é necessário também admitir que palavras, expressões e proposições *literalmente diferentes* podem, no interior de uma formação discursiva dada, “ter o mesmo sentido”, o que – se estamos sendo bem compreendidos – representa, na verdade, a condição para que cada elemento (palavra, expressão ou proposição) seja dotado de sentido. (PÊCHEUX, 2014a, p. 147-8. Grifos do autor).

Determinada palavra ou expressão pode corresponder a diferentes sentidos para diferentes sujeitos, tendo em vista que o sentido é produzido em função da formação ideológica na qual o sujeito se inscreve. A instância ideológica, portanto, determina os possíveis efeitos de sentido no discurso, como argumenta Orlandi (2007):

Compreender o que é efeito de sentidos, em suma, é compreender a necessidade da ideologia na constituição dos sentidos e dos sujeitos. É da relação regulada historicamente entre as muitas formações discursivas (com seus muitos sentidos possíveis que se limitam reciprocamente) que se constituem os diferentes efeitos de sentidos entre locutores. (ORLANDI, 2007, p. 21)

Pêcheux (2014a) argumenta que o sentido é sempre a tomada de uma palavra por outra, isto é, é a partir da metáfora que o sentido se constitui, uma vez que, no discurso, as palavras não têm sentido próprio, preso a sua literalidade; pelo contrário, a evidência do sentido é um efeito ideológico (ALTHUSSER, 1980). Nesse sentido, o autor afirma que a metáfora é sempre determinada pelo interdiscurso.

o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos), das quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório: as palavras, expressões e proposições recebem seus sentidos da formação discursiva à qual pertencem. (PÊCHEUX, 2014a, p. 240)

O sentido se estabelece nas relações metafóricas e é determinado por formações discursivas. Efeito metafórico é, então, “o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por x e y” (PÊCHEUX, 1997a, p. 96).

Efeito metafórico, então, remete às possibilidades de que dois termos, x e y , pertencentes a uma mesma categoria gramatical em uma determinada língua, possam ser substituídos um pelo outro sem modificar a interpretação de um discurso. Pêcheux (1997a) exemplifica citando uma hipótese em que x e y são substituíveis em um contexto dado:

Por exemplo: x = brilhante
 y = notável
 x e y são substituíveis em certos contextos.
 Por exemplo: este matemático é (x/y)
 ou então: a demonstração desse matemático é (x/y).
 Mas existem outros contextos para os quais x e y não são substituíveis.
 Por exemplo: a luz *brilhante* do farol o cegou;
 ou então: esta curva comporta um ponto *assinalável*. (PÊCHEUX, 1997a, p. 95)

Pensando nisso, *efeito de sentido* é definido como uma “relação de possibilidade de substituição entre os elementos (palavras, expressões, proposições) no interior de uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, 2014a, p. 151). Para o autor, essa possibilidade de substituição materializa-se de duas formas distintas, por meio da equivalência, denominada *substituição simétrica*, ou como uma implicação, também chamada de substituição orientada.

As substituições simétricas marcam, como explica Pêcheux (2014a), a possibilidade de *equivalência* entre os elementos em uma determinada formação discursiva, ou seja, quando duas palavras são compreendidas como sinônimas dentro da FD em que se inserem, em uma substituição que pode ser marcada como $A=B$, de modo que os dois elementos possuam o mesmo sentido (PÊCHEUX, 2014a). Desse modo, “a sinonímia ou a metáfora (i.e., tomar uma palavra por outra) se materializam sob a forma de um léxico engendrado por uma estrutura sintática determinada” (RIBEIRO, 2015, p. 148).

Por sua vez, a possibilidade de substituição orientada marca uma relação em que a substituição $A \rightarrow B$ não mantém o mesmo valor semântico da relação de substituição $B \rightarrow A$ (PÊCHEUX, 2014a). Esse processo, chamado de discurso-transverso, se dá a partir da metonímia por estabelecer uma “relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa etc.” (PÊCHEUX, 2014a, p. 153). Esse processo de implicação ocorre na linearização do que Pêcheux

conceitua como intradiscursos, ou seja, “o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse *antes* e ao que eu direi *depois*)” (PÊCHEUX, 2014a, p. 153).

Nessa perspectiva, Orlandi (2007) propõe, ainda, que

Falar em “efeitos de sentido” é pois aceitar que se está sempre no jogo, na relação das diferentes formações discursivas, na relação entre diferentes sentidos. Daí a presença do equívoco, do sem-sentido, do sentido “outro” e, conseqüentemente, do investimento em “um” sentido. (ORLANDI, 2007, p. 22)

Quando se trata da ditadura militar, podemos dizer que há uma disputa sobre a significação do período, que está ligada à forma com que os sujeitos nomeiam o regime. Como, então, denominar esse período histórico do país? Alguns optam por ditadura, outros por revolução. Dado que efeito de sentido diz respeito à possibilidade de substituição em uma FD determinada (PÊCHEUX, 2014a), interessa-nos analisar os sentidos que são colocados em cena ao referir-se ao período que compreende o que aqui denominamos ditadura militar (1964-1985).

2.2 Sobre o discurso político e as condições de produção do discurso

O presente estudo tem como objeto de pesquisa sequências discursivas extraídas dos pronunciamentos proferidos por Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados no período entre 2004 e 2016. Segundo Pêcheux (2012, p. 252), “a política tem, indiscutivelmente, efeitos na linguagem”. Diante dessa afirmação, interessa-nos pensar nesses *efeitos* produzidos na linguagem, mais especificamente no discurso político.

Em seu trabalho sobre o discurso político da extrema-direita brasileira, Moraes (2019) analisa três postagens feitas por Jair Bolsonaro em uma rede social, bem como o voto do então parlamentar na Câmara dos Deputados na sessão de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Em sua análise, Moraes (2019) indica a existência de uma construção de grupos antagônicos, construção na qual a sociedade é dividida em torno de dois polos – de um lado, a população de bem e, em uma oposição lógica, do outro, a esquerda brasileira e o Partido dos

Trabalhadores (PT). Estes grupos, segundo o autor, estão dispostos de maneira mutuamente excludentes.

O autor indica, ainda, que, na postagem analisada, a ditadura militar é ressignificada como uma *Revolução*, revolução esta que teria surgido como uma resposta a uma suposta ameaça:

citando o editorial do antigo proprietário do jornal O Globo, Roberto Marinho, o então parlamentar propõe uma ressignificação da ditadura militar brasileira (1964-1985) como Revolução, visto que, como reação à suposta ameaça dos “terroristas de esquerda”, a subida dos militares ao poder teria sido uma medida necessária à garantia da ordem, das instituições democráticas e dos anseios nacionais. (MORAIS, 2019, p. 163).

De acordo com a análise feita por Moraes (2019), a ressignificação da ditadura militar se dá, então, a partir da divisão da sociedade em dois polos opostos, numa relação de oposição lógica. Retomaremos tal questão adiante.

De acordo com Pêcheux (1997a), as condições em que um texto é produzido são constitutivas dos efeitos de sentido que derivam do discurso. Esta argumentação aponta para a noção de condições de produção do discurso, que remetem aos sujeitos e à situação de produção. A noção de condições de produção do discurso pode figurar, pois, como o contexto sócio-histórico e ideológico (ORLANDI, 2008). Para além disso, Pêcheux utiliza o exemplo de um discurso de um deputado na Câmara. Tal discurso pertence, então, “a um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais, mas que derivam da estrutura de uma ideologia política, correspondendo, pois, a um certo lugar no interior de uma formação social dada” (PÊCHEUX, 1997a, p. 76-7).

Assim, o autor aponta que

um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está “isolado” etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz: um discurso pode ser um ato

político direto ou um gesto vazio, para "dar o troco", o que é uma outra forma de ação política. (PÊCHEUX, 1997a, p. 77)

Esta definição nos é fundamental, dado que possibilita a delimitação de algo que é constitutivo do discurso – e, neste caso, do discurso de um deputado na Câmara –, no sentido de que todo discurso é pronunciado a partir de condições de produção dadas, situando-se no interior de relações de força existentes no campo de uma formação social.

Contudo, ao mesmo tempo em que há, na discussão feita por Pêcheux (1997a), uma certa delimitação do discurso político, o que se afirma sobre ele pode também ser recuperado em outras categorias de discurso. A discussão de Pêcheux (1997a) nos confronta com uma dificuldade em delimitar o que seria próprio do discurso político. Para lidarmos com essa dificuldade, retomaremos as proposições de Laclau (2013) a respeito da lógica populista.

Em *A razão populista*, Laclau (2013) articula a ideia de sentidos das palavras à noção de identificação e formação de grupos sociais para definir o que constituiria a lógica populista. Nesta obra, Laclau pensa sobre a razão que move o populismo. Para o autor, o populismo, comumente relacionado a um “excesso perigoso”, não se reduz a uma mera ideologia irracional, mas diz sobre uma lógica que abre caminhos para compreender o político. Segundo o autor,

O populismo sempre foi relacionado a um excesso perigoso, que questiona os moldes bem delineados de uma comunidade racional. Minha tarefa, portanto, tal como a concebi, foi esclarecer as lógicas específicas inerentes a esse excesso e argumentar que, longe de corresponderem a um fenômeno marginal, elas estão inscritas no funcionamento real de quaisquer espaços comunitários. (LACLAU, 2013, p. 27)

Como mostra o autor, o populismo “não possui uma unidade referencial, pois não é um fenômeno delimitável, e sim uma lógica social, cujos efeitos perpassam muitos fenômenos. O populismo é, muito simplesmente, um modo de construir o político.” (LACLAU, 2013, p. 28).

Na perspectiva de Laclau, na medida em que é constitutivo de identidades coletivas, o populismo é um fenômeno capaz de abrir um caminho de compreensão sobre o político como tal, sendo, portanto, “uma constante ação política que desponta necessariamente (em diferentes graus) em todos os discursos políticos”

(LACLAU, 2013, p. 54). Nesse sentido, as elaborações de Laclau a respeito do populismo podem ser importantes para a delimitação de uma forma do discurso político.

O conceito de discurso, de acordo com Laclau, remete a “quaisquer conjuntos de elementos nos quais as *relações* desempenham o papel constitutivo. Isso significa que os elementos não preexistem ao complexo relacional, mas se constituem através dele.” (LACLAU, 2013, p. 116, grifos do autor). Cabe ressaltar que a definição de discurso para Laclau difere da definição de discurso cunhada por Pêcheux (1997a), em que discurso remete a efeitos de sentido entre locutores. De acordo com as indicações de Pêcheux (1997a), a língua é um pressuposto do discurso, ou seja, não há discurso sem língua – eis um elemento importante na comparação entre Pêcheux e Laclau. Apesar das diferenças, a língua ocupa um lugar importante nas definições de ambos os autores.

Nas palavras de Pêcheux (1997a), as condições de produção do discurso são determinantes dos sentidos atribuídos às palavras. Para além disso, Pêcheux (2014a) afirma que o sentido das palavras deriva não das propriedades da língua, como mencionamos anteriormente, mas sim das formações discursivas, “nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva.” (PÊCHEUX, 2014a, p. 147-8, grifos do autor). Ou seja, o sentido, segundo Pêcheux, se dá através das relações entre as palavras em uma mesma formação discursiva, o que significa dizer que palavras diferentes podem significar o mesmo e que palavras iguais podem ter sentidos diferentes na medida em que passam de uma formação discursiva a outra.

Para Laclau, a lógica populista divide o espaço social em dois polos antagônicos. Essa divisão dicotômica da sociedade se dá a partir do agrupamento em torno de demandas sociais não atendidas, de modo que uma parte – um dos polos – é tida como um todo – o povo – numa pretensão totalizante impossível. Conforme explica Laclau, a lógica populista

[...] requer a divisão dicotômica da sociedade em dois campos – e um deles apresenta-se como uma parte que reivindica ser o todo; sabemos que essa dicotomia envolve a divisão antagônica do campo social; que o campo popular pressupõe, como condição de sua constituição, a construção de uma identidade global a partir da

equivalência de uma pluralidade de demandas sociais. (LACLAU, 2013, p. 137)

A pretensão totalizante da qual nos fala Laclau está relacionada ao conceito de hegemonia delineado pelo autor. Como apontam Carvalho e Gasparini (2020),

O povo representado como uma universalidade corresponde, contudo, a uma totalidade impossível, uma vez que uma demanda particular não poderia, jamais, fixar o povo como uma unidade. Embora se trate de uma totalidade impossível, há sempre um empuxo em direção a ela. É nessa perspectiva que Laclau compreende hegemonia: uma relação hegemônica se estabelece, justamente, quando “uma certa particularidade [...] assume o papel de uma totalidade impossível” (LACLAU, 2005, p. 115, tradução nossa). Nesse sentido, não há universalidade que não seja hegemônica. (CARVALHO; GASPARINI, 2020, p. 53)

Laclau indica que a delimitação de um povo remete à construção de grupos a partir de processos de identificações. Nesse sentido, “povo” não diz respeito a uma expressão de natureza ideológica, mas sim a uma forma de constituir a unidade de um grupo, e são as demandas que constituem o povo como um ator histórico potencial. Contudo, o povo sendo centrado na universalidade de um grupo esbarra na representação de uma totalidade impossível pois, nas palavras de Laclau, “existe a possibilidade de que uma diferença, sem deixar de ser uma diferença *particular*, assuma a representação de uma totalidade incomensurável.” (LACLAU, 2013, p. 119, grifos do autor).

Nesse sentido, a constituição de “povo”, de acordo com Laclau, se dá a partir de sua relação de oposição ao polo oposto, excluindo um elemento em detrimento de uma universalidade impossível. Em outras palavras, a lógica populista configura uma demanda particular de um dos polos da dicotomia como uma demanda universal, excluindo o outro polo da divisão do campo social.

Desse modo, nessa divisão dicotômica da sociedade,

um conjunto de identidades ou interesses particulares se agrupa em um dos polos da dicotomia, o que o autor considera um agrupamento metafórico. Nessa perspectiva, a metáfora não se configura como um mero dispositivo retórico, mas como elemento que estrutura a dicotomização do espaço social inerente à lógica populista, lógica que preside a constituição e dissolução de qualquer espaço político. A metáfora assume, nessa perspectiva, uma dimensão constitutiva do espaço político. (CARVALHO; GASPARINI, 2020, p. 54)

Das elaborações de Laclau, considerando que “o populismo é o caminho para se compreender algo sobre a constituição ontológica do político enquanto tal” (LACLAU, 2013, p. 115), este conceito nos importa na medida em que pode contribuir para a delimitação de uma forma discurso político, tendo em vista que estabelece uma dicotomização da sociedade em dois polos. Desse modo, na perspectiva de Laclau, a divisão do espaço social aponta para a existência de elementos antagonistas em um campo político (PÊCHEUX, 1997a).

Importa destacar os apontamentos de Morais (2019) acerca da configuração da sociedade em dois polos opostos no discurso político da extrema-direita brasileira, em que, de um lado, está o cidadão de bem, enquanto do outro está a esquerda brasileira e o PT, dispostos numa relação de oposição lógica. Nesse sentido, podemos apontar um jogo discursivo constitutivo de uma forma do discurso político: o jogo entre a parte e o todo, com relação a uma dicotomização do espaço social (LACLAU, 2013). Nessa relação dicotômica, “um conjunto de elementos se reagrupa metaforicamente em torno de um dos polos da dicotomia em oposição a um polo oposto.” (CARVALHO; GASPARINI, 2020).

É a partir da elaboração de Laclau (2013) e Morais (2019), bem como da indicação de Pêcheux acerca do discurso político como um “representante exemplar de diversos tipos de processos discursivos” (PÊCHEUX, 1997a, p. 77), sendo um espaço de disputa pelos significados, de enfrentamentos entre língua e história (PÊCHEUX, 2014b) que analisaremos os pronunciamentos de Jair Bolsonaro a respeito da ditadura militar.

3. ANÁLISE

Nosso capítulo de análise abrange três momentos: no primeiro, descreveremos nosso percurso analítico. Em seguida, faremos a análise das sequências discursivas extraídas dos pronunciamentos que compõem nosso corpus e, por último, apresentaremos nossos resultados e discussões.

Passemos, agora, às orientações metodológicas que fundamentam nossa pesquisa.

3.1 Orientações metodológicas da pesquisa

Para darmos conta dos objetivos desta pesquisa, selecionamos, dos 901 pronunciamentos feitos entre 2001 e 2018 catalogados nas Notas Taquigráficas da Câmara dos Deputados, os pronunciamentos em que Jair Bolsonaro reverencia a data de 31 de março de 1964. Assim, foram selecionados, ao todo, onze pronunciamentos, os quais foram proferidos nas seguintes datas: (I) 31 de março de 2004; (II) 31 de março de 2005; (III) 29 de março de 2006; (IV) 28 de março de 2007; (V) 02 de abril de 2009; (VI) 31 de março de 2010; (VII) 29 de março de 2012; (VIII) 27 de março de 2013; (IX) 31 de março de 2015; (X) 01 de abril de 2015; e (XI) 31 de março de 2016.

De todos os pronunciamentos de Jair Bolsonaro catalogados no site das Notas Taquigráficas, nos anos 2001, 2002, 2003, 2008, 2011, 2014, 2017 e 2018 não foram identificadas saudações do então parlamentar ao regime militar em data igual ou próxima a 31 de março, ocasião em que os militares comemoram o início da ditadura militar.

Cabe ressaltar que a análise de documentos disponibilizados nas Notas Taquigráficas, por serem produzidos institucionalmente, demonstram-se confiáveis tanto por serem uma fonte segura de coleta de dados, quanto por não sofrerem possíveis alterações no momento da transcrição pelo pesquisador. Além disso, devido à sua confiabilidade, tais documentos produzidos institucionalmente retratam com fidelidade o posicionamento dos sujeitos à época em que foram criados. No caso do nosso corpus, os pronunciamentos apresentados pelas Notas Taquigráficas revelam, então, de forma fidedigna, o posicionamento de Jair Bolsonaro naquele contexto.

Nosso corpus é constituído por quatorze sequências discursivas (SDs) extraídas dos onze pronunciamentos do então Deputado Federal Jair Bolsonaro. Com base nos postulados de Pêcheux, as sequências discursivas foram analisadas evidenciando constelações significantes a partir das quais se produzem efeitos de sentido acerca da ditadura militar. Em consonância com as indicações de Pêcheux, a análise das sequências foi feita com base em uma alternância entre a descrição e a interpretação, sem que sejam, necessariamente, fases sucessivas (PÊCHEUX, 2008).

A análise se sustenta na indicação de Pêcheux (2014a) de que o sentido se dá a partir das relações metafóricas, sendo uma delas as relações de substituição entre significantes que mencionamos anteriormente. Assim sendo, analisamos os efeitos de sentido sobre a ditadura militar nas sequências discursivas que extraímos dos pronunciamentos, pensando nas relações de substituição entre os termos.

Além disso, na análise das sequências discursivas também nos valem das proposições de Laclau (2013) sobre a lógica populista. Cabe ressaltar que o populismo importa neste trabalho na medida em que tem algo a dizer sobre a construção do político. De acordo com as elaborações de Laclau (2013), a lógica populista divide o espaço social em dois polos opostos, configurando, assim, o povo (uma totalidade impossível) em oposição ao polo oposto.

Para darmos conta de apontar os efeitos de sentido sobre a ditadura militar nos pronunciamentos de Jair Bolsonaro, a análise levará em consideração a forma X EM OPOSIÇÃO A Y, com base na qual foram recortadas as sequências discursivas analisadas. Para tanto, a partir do corpus serão identificados os significantes que ocupam os lugares de X e de Y na forma X EM OPOSIÇÃO A Y.

3.2 Sentidos sobre a ditadura militar nos pronunciamentos

31 de março de 2004

Vejamos a primeira sequência discursiva extraída do pronunciamento feito em 31 de março de 2004:

SD1

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, 31 de março de 1964 é uma data reverenciada pelos brasileiros de bem, pelos democratas.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. autorização para reverenciar a memória dos militares que, em 1964, evitaram fosse instalada no País ditadura totalitária de esquerda. Vou me ajoelhar, por alguns segundos, se V.Exa. permite. (Ajoelha-se o orador.)

Os brasileiros devem homenagear os militares que, nesta data que deve ser comemorada, evitaram - repito - fosse instalada em nosso País ditadura totalitária de esquerda, cujo resultado seria a implantação de regime semelhante ao de Cuba e, para todos nós, o paredão ou a plantação de cana.

Quero reverenciar a memória dos heróis que morreram em prol da revolução, dos 16 militares que morreram na Guerrilha do Araguaia. Caso não tivessem aniquilado o movimento, hoje teríamos no coração do País grupos semelhantes às FARC que dominam a Colômbia.

É a homenagem que faço em memória dos meus companheiros militares que faleceram em 1964 e também por ocasião da Guerrilha do Araguaia. (Levanta-se o orador.)

Os sentidos sobre a ditadura militar emergem a partir da relação que esta estabelece com os significantes aos quais está associada e que ocupam, na forma X EM OPOSIÇÃO A Y, o lugar de X. Desse modo, a ditadura está relacionada, na SD1, com *brasileiros de bem, democratas, militares, heróis que morreram em prol da revolução e meus companheiros militares que faleceram em 1964*. Além disso, os sentidos também advêm da sua relação de oposição com os significantes que figuram o lugar de Y; no caso desta sequência discursiva, este lugar está ocupado pelos *grupos semelhantes às FARC que dominam a Colômbia*.

Assim, em termos da forma X EM OPOSIÇÃO A Y, temos:

X=militares

heróis que morreram em prol da revolução

meus companheiros militares que faleceram em 1964 e também por ocasião da guerrilha do Araguaia

16 militares que morreram na Guerrilha do Araguaia

brasileiros de bem

os brasileiros

democratas

militares que, em 1964, evitaram fosse instalada no país ditadura totalitária de esquerda

Y= grupos semelhantes às FARC que dominam a Colômbia

No pronunciamento de Jair Bolsonaro, podemos destacar uma relação de antagonismo entre elementos que ocupam o lugar de X e Y, em que X são *aqueles que reverenciam a data de 31 de março de 1964*; e, por aproximação, o elemento que representaria Y seriam aqueles que não são favoráveis à ditadura militar e que não reverenciam a data. Nesse sentido, aqueles que reverenciam a data, nos termos do pronunciamento, são os brasileiros de bem, os democratas e, dessa forma, quem não faz reverência pertenceria ao grupo dos não-brasileiros de bem e não-democratas.

Como aponta Laclau (2013, p. 137), “o populismo requer a divisão dicotômica da sociedade em dois campos – e um deles apresenta-se como uma parte que reivindica ser o todo”. Com base nessa proposição, podemos afirmar que há uma dicotomização do espaço social presente em SD1, de modo que a sociedade é dividida em dois únicos polos. Dessa maneira, aquele que não faz parte do grupo de *brasileiros de bem, democratas* que reverenciam a data de 31 de março de 1964, logo fará parte do polo oposto: aqueles que fazem parte de *grupos semelhantes às FARC que dominam a Colômbia*.

Cabe assinalar que, em SD1, a ditadura militar é apontada como uma *revolução*. Em termos de X EM OPOSIÇÃO A Y, temos, então:

X= revolução

Y= ditadura totalitária de esquerda
regime semelhante ao de Cuba

Além disso, podemos apontar um deslocamento que tem uma pretensão totalizante, entre dois elementos que ocupam o lugar de X: de *brasileiros de bem que reverenciam 31 de março de 1964 para os brasileiros devem homenagear os militares que, nesta data que deve ser comemorada, evitaram - repito - fosse instalada em nosso País ditadura totalitária de esquerda*. Essa totalidade está relacionada à divisão dicotômica da sociedade, em que uma parte – *brasileiros de bem* – reivindica ser o todo – *os brasileiros*. Temos, aqui, um traço hegemônico na relação entre os significantes *brasileiros de bem para os brasileiros*, em que uma parcela – *brasileiros de bem* – passa a representar o todo: *os brasileiros*.

Em consonância com a dicotomização da sociedade em *cidadão de bem x polo oposto*, em SD1 podemos apontar para uma forma de significação da ditadura militar. Esta é, na sequência analisada, significada com relação aos significantes com os quais ela é associada.

Percebe-se que, neste caso, a ditadura militar surge como uma reação inevitável para impedir que se instalasse um governo totalitário. Desse modo, como posto no pronunciamento, a ditadura militar evitou que *fosse instalada em nosso País ditadura totalitária de esquerda, cujo resultado seria a implantação de regime semelhante ao de Cuba e, para todos nós, o paredão ou a plantação de cana.*

Vejamos, a seguir, mais uma sequência discursiva retirada do pronunciamento de 31 de março de 2004.

SD2

Para refrescar a memória dos que acusam os militares de torturadores, vou citar 2 episódios. Em 1968, a Vanguarda Popular Revolucionária, que tinha como um dos mais ativos integrantes o atual todo-poderoso Ministro-Chefe da Casa Civil José Dirceu, planejou e realizou um atentado à bomba contra o quartel do Exército de São Paulo. Alguns dos seus membros lançaram ladeira abaixo um carro-bomba que explodiu em uma guarita, na qual se encontrava de serviço o jovem recruta Mário Kosel Filho, que teve o corpo totalmente dilacerado. Dizem que foi em nome da democracia. Mas que democracia é essa? Trata-se de atentado terrorista bárbaro e hediondo, tal como o que ocorreu há meses no Iraque, ceifando a vida do Embaixador brasileiro Sérgio Vieira de Mello.

Cito também o caso em que Lamarca, no Vale do Ribeira, depois de aceitar a troca de prisioneiros, usou o então tenente da Polícia Militar Alberto Mendes Júnior como escudo para vencer a barreira do Exército. Ultrapassada, ele foi simplesmente executado a coronhadas.

Que democracia é essa? Será que quem critica o regime militar, quem fala de tortura, não tem vergonha na cara, não tem memória? Naquela época, o atual Ministro José Dirceu foi aprender técnicas de guerrilha na China e em Cuba, países totalitários que praticaram ditaduras sanguinárias. Tudo o que aprendeu lá veio aplicar aqui: tortura, guerrilha, luta armada, assaltos etc. Mas os militares reagiram bravamente.

Em SD2, vemos uma desqualificação ao oponente político que desponta, nesta sequência como *terroristas*. Esta desqualificação aparece para se contrapor a um sentido que coloca a ditadura como violenta. Desse modo, há uma transferência dos sentidos que geralmente são atribuídos à ditadura para o grupo contrário ao regime.

A qualificação da ditadura militar se dá com base em sua associação aos elementos que compõem o lugar de X, tais como o *jovem recruta Mário Kosel Filho (que teve o corpo totalmente dilacerado)*, o *então tenente da Polícia Militar Alberto Mendes Júnior (usado como escudo)* e os *militares (que reagiram bravamente)*. Essa qualificação também ocorre com base na relação de oposição que a ditadura tem com os elementos aos quais ela se opõe, quais sejam, a *Vanguarda Popular Revolucionária*, o *atual todo-poderoso Ministro-Chefe da Casa Civil José Dirceu e Lamarca*.

Vejam os termos da forma X EM OPOSIÇÃO A Y:

X= o jovem recruta Mário Kosel Filho (que teve o corpo totalmente dilacerado)

o então tenente da Polícia Militar Alberto Mendes Júnior (usado como escudo)

Y= Vanguarda Popular Revolucionária

o atual todo-poderoso Ministro-Chefe da Casa Civil José Dirceu

Lamarca

Além disso, os *militares* despontam como aqueles que *reagiram bravamente* aos verdadeiros atos terroristas que aconteciam à época. Na forma X EM OPOSIÇÃO A Y, temos:

X= os militares (que reagiram bravamente)

Y= tortura

guerrilha

luta armada

assaltos

Passemos à sequência seguinte, também extraída do pronunciamento de 31 de março de 2004:

SD3

Sr. Presidente, no regime militar restabeleceu-se o progresso, a ordem, a disciplina e a hierarquia. Trata-se de fatos que ninguém pode contestar. Agora novamente mergulhamos no atraso que precedeu 1974⁸. Não queremos militares no Poder.

⁸ Acreditamos que esta passagem faça referência ao ano de 1964, que data o início da ditadura militar, e não a 1974, podendo ter sido um erro de transcrição.

Gostaríamos apenas que se restabelecesse a autoridade em nosso País, que o manto da corrupção não continuasse encobrendo atos como o do Ministro José Dirceu e da quadrilha do Palácio do Planalto.

Em SD3, a ditadura militar estabelece uma relação com *o progresso, a ordem, a disciplina, a hierarquia e a autoridade*, bem como uma relação de oposição com *o atraso, o manto da corrupção e atos como o do Ministro José Dirceu e da quadrilha do Palácio do Planalto*. Mais uma vez, faz-se presente a dicotomização do espaço social da qual nos aponta Laclau (2013). Nos termos de X EM OPOSIÇÃO A Y, temos:

X= regime militar

progresso

ordem

disciplina

hierarquia

autoridade

Y= atraso que precedeu 1964⁹

o manto da corrupção

atos como o do Ministro José Dirceu e da quadrilha do Palácio do Planalto

Passemos para a análise da próxima sequência discursiva.

31 de março de 2005

SD4

Antes de 31 de março de 1964, o Brasil vivia um clima de corrupção, de greve generalizada, de insubordinação nas Forças Armadas, de caos absoluto. A paralisação de serviços públicos essenciais e outros acontecimentos indicavam a perspectiva de iminente guerra civil.

Naquela época, existia a Guerra Fria, quando o comunismo tentava ampliar seus tentáculos e o fazia de forma violenta. O Brasil era um alvo dos mais interessantes.

O caos estava implantado. Praticamente havia uma revolução comunista no Brasil. Por isso, não tenho dúvida de que o heróico movimento militar de 31 de março de 1964, equivocadamente chamado de revolução. Na verdade, foi uma contra-

⁹ Conferir nota anterior.

revolução, pois surgiu para se contrapor a uma revolução comunista em pleno andamento.

Com forte apoio popular, com o beneplácito da Igreja, com apoio das mulheres e principalmente da imprensa, que estampava editoriais pedindo "um basta" ao desgoverno de João Goulart e ao caos reinante, os militares acabaram por assumir o timão deste País, no dia 31 de março de 1964.

Tanto é verdade esse apoio que não foi disparado um tiro sequer, em contraposição à revolução cubana, que botou no paredão mais de 70 mil pessoas, entre eles pensadores, e hoje mantém milhares de presos políticos confinados.

Em pouco tempo, o Brasil, sob os Governos militares, sem falar muito, passou da 49ª para a 8ª economia do mundo. Deu impressionante salto de qualidade. Contudo, perdemos terreno: hoje, ocupamos a 14ª posição.

São inegáveis as conquistas da Contra-Revolução, seja na área energética, seja na de transportes, seja na de educação, seja, ainda, no acelerado processo de industrialização e de implementação de notável infra-estrutura.

Em SD4, a ditadura militar desponta como um *heroico movimento militar* e uma *contra-revolução*, que se contrapôs à *revolução comunista em pleno andamento*.

Em concordância com a dicotomização do espaço social (LACLAU, 2013), a ditadura é significada a partir de sua relação com os significantes que ocupam o lugar de X, quais sejam, *heróico movimento militar* e *contra-revolução*, bem como a partir de sua relação de oposição com os significantes que ocupam o lugar de Y, a saber, *revolução comunista* e *comunismo*.

X= heróico movimento militar de 31 de março de 1964

contra-revolução

Y= revolução comunista em pleno andamento

revolução comunista

comunismo

Além disso, podemos pensar em uma nuance temporal exercida pelos elementos que ocupam os lugares de X e Y, em que X é representado por um *acelerado processo de industrialização* e uma *notável infra-estrutura*, significantes usados para caracterizar o período da ditadura, enquanto Y é representado pela *corrupção*, *greve generalizada*, *insubordinação nas Forças Armadas*, *caos absoluto*, *paralisação dos serviços públicos essenciais* e *iminente guerra civil*, caracterizando o período anterior à ditadura militar. Nesse sentido, há uma oposição entre os

termos X e Y, oposição esta que é evidenciada pela comparação temporal entre pré-64 e o governo militar.

Em termos de X EM OPOSIÇÃO A Y, temos:

X= acelerado processo de industrialização

notável infra-estrutura

conquistas da Contra-Revolução, seja na área energética, seja na de transportes, seja na de educação

Y= corrupção

greve generalizada

insubordinação nas Forças Armadas

caos absoluto

paralisação de serviços públicos essenciais e outros acontecimentos

iminente guerra civil

A dicotomização da sociedade em dois polos opostos também pode ser vista em SD4, em que, de um lado, temos os *militares*, a *Igreja*, as *mulheres* e a *imprensa* e, do outro, o *comunismo*, o *desgoverno de João Goulart* e o *caos reinante*.

Nos termos de nossa forma X EM OPOSIÇÃO A Y:

X= militares

Igreja

mulheres

imprensa

Y= comunismo

desgoverno de João Goulart

caos reinante

Cabe ressaltar ainda outra partição temporal identificada em SD4. Nela, a ditadura militar apresenta uma relação de proximidade com a *8ª economia do mundo*, enquanto é caracterizada também por sua relação de oposição com a *49ª economia*, simbolizando o período pré-1964, e a *14ª posição [econômica]*, que diz respeito ao momento em que o pronunciamento foi feito. No trecho mencionado, a

partição temporal é constituída pela comparação entre antes, durante e depois. Assim, em termos de X EM OPOSIÇÃO A Y, temos:

X= 8ª economia do mundo

Y= 49ª economia

14ª economia

Ainda do pronunciamento de 31 de março de 2005, retiramos a seguinte sequência discursiva:

SD5

Corruptos, assassinos, seqüestradores, assaltantes estão por aí com os bolsos cheios e promovendo a sua revanche. No Brasil o crime compensa. No Brasil, terrorista é herói e alvo da benemerência do Estado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os militares foram complacentes. O Presidente João Figueiredo proporcionou anistia com o intuito de levar tudo o que aconteceu, em ambos os lados, para o esquecimento, para o perdão, para que houvesse um congraçamento entre vencidos e vencedores. Infelizmente isso não aconteceu.

O revanchismo é evidente. Os militares estão em situação nunca encontrada em lugar algum; se comparada às de outros países, é a pior.

Em SD5, a dicotomização do espaço social é evidenciada na oposição entre *militares e corruptos, assassinos, seqüestradores, assaltantes e terrorista*:

X= militares

Presidente João Figueiredo (que proporcionou anistia)

Y= Corruptos

assassinos

seqüestradores

assaltantes

terrorista

Além disso, ressalta-se a dicotomização presente na comparação entre as ações relacionadas aos militares, a saber, a *complacência*, e as ações relacionadas ao polo oposto à ditadura militar, o *revanchismo*.

X= complacência

Y= revanchismo

Vejamos a sequência seguinte.

29 de março de 2006

SD6

Naquela época, o Ministro da Justiça estava preocupado em fazer justiça, mas o de hoje se preocupa apenas em acobertar a corrupção.

As obras então realizadas foram Itaipu Binacional e dezenas de hidrelétricas; Usina Nuclear de Angra I; Ponte Rio-Niterói; inovações nas áreas de telecomunicações; rodovia Rio-Santos; portos e aeroportos.

No que diz respeito a portos, o Governo anterior acabou com a nossa Marinha Mercante. Hoje em dia não se enxerga um só navio de bandeira nacional em qualquer porto do País.

Quanto aos aeroportos, o Governo atual está no mesmo caminho do Governo anterior: leva à falência os nossos aeroportos, com a criação da Agência Nacional de Aviação Civil.

Vivemos anos de progresso, pleno emprego e respeito à família. Desafio os Parlamentares a me apontarem uma só grande obra de vulto dos últimos 20 anos, chamados de Nova República. Repito: nos últimos 20 anos vimos apenas destruição, mentira e corrupção.

Operando como uma partição temporal, os elementos que compõem a forma X EM OPOSIÇÃO A Y estão organizados em torno de um passado de progressos em oposição a um presente de destruição:

X= progresso

pleno emprego

respeito à família

Y= destruição

mentira

corrupção

Outro ponto a ser mencionado é a comparação entre o Ministro da Justiça dos tempos da ditadura militar com o Ministro do então governo no poder na época em que o pronunciamento foi feito.

X= ministro preocupado em fazer justiça

Y= ministro que se preocupa apenas em acobertar a corrupção

Como pudemos destacar em outros momentos, a ditadura é significada com sua relação de proximidade aos elementos que ocupam o lugar de X, quais sejam os avanços relacionados às obras realizadas pelos governos militares, bem como a partir de sua relação de oposição aos elementos que estão no lugar de Y:

X= As obras então realizadas (Itaipu Binacional e dezenas de hidrelétricas; Usina Nuclear de Angra I; Ponte Rio-Niterói; inovações nas áreas de telecomunicações; rodovia Rio-Santos; portos e aeroportos)

Y= o Governo anterior (que acabou com a nossa Marinha Mercante)

falência os nossos aeroportos, com a criação da Agência Nacional de Aviação Civil.

Vejamos a próxima sequência discursiva.

28 de março de 2007

SD7

Sr. Presidente, no próximo sábado, pessoas que ajudaram a escrever e a fazer história no Brasil comemoram o 43º aniversário da Revolução Democrática de 31 de março de 1964. [...]

Diz Roberto Marinho:

"Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais, de preservação das instituições democráticas, ameaçados pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada.(...)" [...]

Muito se fala sobre o regime militar. Acusam-nos de tortura e desvios, mas até hoje não encontramos nenhum sargento, cabo, coronel ou general rico, com 20 anos de poder.

A imprensa foi calada pelos militares para evitar a chantagem. Roberto Marinho reconheceu tudo isso. Aqueles que pegaram em armas e lutaram contra o regime militar hoje recebem polpudas indenizações do pobre trabalhador contribuinte brasileiro, inclusive sem pagar Imposto de Renda.

É triste vermos que, no primeiro Governo Lula, mais de 3 bilhões de reais foram despendidos a pessoas que praticaram atos de terrorismo, seqüestro, assalto etc.

Em SD7, novamente a ditadura militar desponta como uma *revolução*, dessa vez uma *revolução democrática*, identificada pelos *anseios nacionais*, que se contrapôs à ameaça da *radicalização ideológica*, das *greves*, da *desordem social* e da *corrupção generalizada*. Em termos da forma X EM OPOSIÇÃO A Y, temos:

X= Revolução Democrática de 31 de março de 1964

Revolução de 1964

anseios nacionais de preservação das instituições democráticas

Y= radicalização ideológica

greves

desordem social

corrupção generalizada

Em *anseios nacionais de preservação das instituições democráticas*, há uma pretensão totalizante da qual nos fala Laclau (2013): uma demanda particular passa a representar um todo – nacional → de toda a nação –, numa universalidade impossível.

Em relação à “Revolução democrática de 31 de março de 1964”, vale destacar uma subversão do conceito de democracia para ressignificar a ditadura como democrática. A disposição lexical nega a existência de um golpe, reforçando a idealização do regime militar como uma reação para salvar o país. Desse modo, percebe-se, a partir da análise das sequências discursivas, que os pronunciamentos de Jair Bolsonaro apontam para uma idealização da ditadura militar como uma reação inevitável face a uma suposta ameaça comunista.

Outra oposição que podemos destacar em SD7 é entre o tratamento dado ao *pobre trabalhador contribuinte brasileiro* e a *Aqueles que pegaram em armas e lutaram contra o regime militar* e às *pessoas que praticaram atos de terrorismo, seqüestro, assalto*.

X= pobre trabalhador contribuinte brasileiro

Y= Aqueles que pegaram em armas e lutaram contra o regime militar (hoje recebem polpudas indenizações)

pessoas que praticaram atos de terrorismo, seqüestro, assalto

Passemos à sequência seguinte.

02 de abril de 2009

SD8

Sra. Presidenta, companheiros, venho hoje à tribuna — e não estou atrasado — para saudar o regime militar que começou em 31 de março de 1964. Sem as obras dos militares, o Brasil não existiria. E obras sem roubalheira! Não se encontra nenhum coronel, general, sargento, capitão da PM rico. Entre os militares, não se encontra ninguém rico.

Hoje em dia, qualquer Zé Mané de terceiro escalão está com os bolsos cheios de dinheiro de obras "superfraturadas", isto é, quebradas, obras que não servem para nada.

Então, quero saudar os militares.

Quero também dizer para a Ministra Dilma Rousseff, que agora diz que não aceita sigilos em processos que violem direitos humanos, que mande o Greenhalgh para se reciclar em Cuba e reabra o processo de Celso Daniel, que foi seqüestrado, torturado e executado em Santo André pelo bando do PT que roubava a Prefeitura daquele Município.

Em SD8, novamente a dicotomização do espaço social comparece como uma partição temporal, dessa vez associada à infraestrutura e ao cuidado com o dinheiro público. Desse modo, em termos da forma X EM OPOSIÇÃO A Y, temos:

X= obras dos militares

obras sem roubalheira

nenhum coronel, general, sargento, capitão da PM rico

militares

Y= obras "superfraturadas"

Obras que não servem para nada

Ministra Dilma Rousseff

bando do PT

qualquer Zé Mané de terceiro escalão (com os bolsos cheios de dinheiro)

Passemos agora à sequência discursiva seguinte.

31 de março de 2010

SD9

Sr. Presidente, saúdo os militares e civis que, em 1964, tiveram a coragem de assumir o comando do País, e o faço em nome do falecido jornalista Roberto Marinho, que, em editorial do jornal O Globo, de 7 de outubro de 1984, intitulado Julgamento da Revolução, disse o seguinte no primeiro parágrafo: "Participamos da Revolução - democrática - de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçados pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada".

Há alguma diferença hoje? Não.

Os militares assumiram o poder, então, com apoio de toda a imprensa, que exigia que os militares assumissem o poder em 1964; com apoio da classe empresarial, que não admitia a estatização; e, repito, com apoio da Igreja Católica, que, nas missas, impulsionava os militares a terem coragem de assumir o poder juntamente com os civis sérios - o ateísmo era a religião dos comunistas; que impulsionava os produtores rurais, que não queriam ver suas fazendas tomadas pelas ligas camponesas; que impulsionava as mulheres, nas ruas, em quase todas as capitais do Brasil, não apenas no Rio de Janeiro, como há pouco disse o Deputado Ibsen Pinheiro justificando sua emenda.

Assim o Brasil deu início a 20 anos de glória, período em que o povo gozou de plena liberdade e de direitos humanos. Naquela época, o marginal era tratado como marginal. Hoje, ele tem direitos humanos, tem auxílio-reclusão e vota. É o absurdo dos absurdos!

De início, em SD9 percebe-se a relação de oposição que a ditadura militar exerce com os significantes que ocupam o lugar de Y: *radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada* – que funcionam como uma justificativa histórica para a tomada de poder pelos militares. Aqui, a ditadura desponta, então, como uma *revolução democrática*.

Nos termos de nossa forma X EM OPOSIÇÃO A Y, temos:

X= os militares e civis que, em 1964, tiveram a coragem de assumir o comando do país

Revolução democrática de 1964

anseios nacionais de preservação das instituições democráticas

20 anos de glória

plena liberdade

direitos humanos

Y= radicalização ideológica

greves
 desordem social
 corrupção generalizada

Outro ponto que merece ser destacado em SD9 é a tentativa de legitimar as ações da ditadura, tentativa essa que está associada àqueles que a defendiam e àqueles que a combatiam. Estão representados, respectivamente, por X e Y, em que:

X= militares

imprensa
 classe empresarial
 Igreja Católica
 civis sérios
 produtores rurais
 mulheres

Y= ateísmo (religião dos comunistas)

comunistas

A ditadura militar é significada por sua associação aos termos aos quais ela se relaciona – *militares, imprensa, classe empresarial, Igreja Católica, civis sérios, produtores rurais, mulheres* –, bem como por sua oposição àqueles aos quais se distancia – *ateísmo, comunistas*.

Ainda nessa sequência discursiva, temos uma oposição entre o tratamento dado aos “marginais” antes, na época da ditadura militar, e depois, nos governos petistas.

Vejamos no esquema a seguir:

X= 20 anos de glória

gozo de liberdade e direitos humanos pelo povo
 marginal tratado como marginal

Y= marginal com direitos humanos, auxílio-reclusão e direito a voto

Na relação de oposição entre *marginal tratado como marginal e marginal com direitos humanos, auxílio-reclusão e direito a voto*, temos uma divisão moral, sintetizada pela inversão “direitos humanos para humanos direitos”, numa negação dos direitos universais.

Vejamos a seguinte sequência discursiva.

29 de março de 2012

SD10

Sr. Presidente, quero saudar o 31 de março que se aproxima e fazer a leitura de trechos de alguns editoriais da imprensa da época.

A verdadeira história do que foi aquele período está nas bibliotecas, em revistas como, por exemplo, a revista Manchete, na edição especial de abril de 1964, em que toda a imprensa apoiou aquele momento em que as Forças Armadas estiveram à frente para que o regime fosse mudado e não caíssemos numa ditadura do proletariado.

Diz aqui o editorial do jornal O Globo, de 2 de abril de 1964:

"Ressurge a Democracia.

Vive a Nação dias gloriosos, porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem.

Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que, obedientes a seus chefes, demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradição.

Como dizíamos, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ser a garantia da subversão, a escora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade, não seria legítimo admitir o assassinio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada."

Em SD10, a ditadura comparece como uma *Democracia*, democracia esta que ressurgiu *graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas e porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados*.

Na divisão dicotômica do espectro social, temos alguns elementos que se opõem. No esquema X EM OPOSIÇÃO A Y, temos:

X= Forças Armadas

Y= Governo irresponsável

Além disso, a ditadura é significada em relação à associação com o significante *democracia* e em relação de oposição ao significante *ditadura do proletariado*, como podemos ver a seguir:

X= democracia

Y= ditadura do proletariado

Nesse sentido, a ditadura é associada à *lei* e à *ordem*, enquanto o polo oposto é associado à *subversão* e à *desordem*:

X= lei

ordem

Y= subversão

desordem

Cabe, ainda, assinalar outra oposição, entre os *patriotas* e os *agitadores*, em que X e Y são, respectivamente,

X= patriotas

Y= agitadores

Por fim, mencionamos, ainda, a questão da hegemonia nos significantes *nação* e *nação horrorizada*, em que uma parte aspira ser um todo.

Passemos à próxima sequência a ser analisada, extraída do pronunciamento de 27 de março de 2013.

27 de março de 2013

SD11

Sr. Presidente, quero saudar o dia 31 de março de 1964, em que os militares, estimulados por toda a imprensa - falada, escrita e televisada -, por toda a Igreja Católica, pelas mulheres em passeata pelas ruas, pelos empresários e pelos

ruralistas, assumiram os rumos do País, evitando que fôssemos comunizados e transformados numa grande Cuba.

Foram 20 anos de pleno emprego, prosperidade, respeito à família e liberdade, onde nenhum militar ficou rico, do soldado ao general.

Os que hoje estão no poder idolatram ditaduras e ditadores pelo mundo afora, dando provas de que, na verdade, os militares estavam do lado certo, o lado do povo.

Concluindo, Sr. Presidente, daqui a pouco estarei na frente do Ministério da Defesa, com fogos de artifício, com faixas e cartazes, para acordar o Ministro Celso Amorim, mostrando para ele que nós, militares, amamos o 31 de março, porque amamos a democracia.

Em SD11, os sentidos produzidos sobre a ditadura militar emergem de sua relação de aproximação com os significantes *os militares, toda a imprensa – falada, escrita e televisada, toda a Igreja Católica, mulheres em passeata pelas ruas, empresários e ruralistas*.

A ditadura militar também recebe sentido a partir dos significantes com os quais estabelece relação de oposição: *comunização e transformação do país em uma grande Cuba*.

Em termos de X EM OPOSIÇÃO A Y, temos:

X= militares

toda a imprensa – falada, escrita e televisada

toda a Igreja Católica

mulheres em passeata pelas ruas

empresários

ruralistas

Y= comunização

transformação em uma grande Cuba

Outro ponto sobre a dicotomização do espaço social é a oposição entre os militares, que *amam a democracia*, e o governo pós-ditadura, que *idolatravam ditaduras e ditadores*.

X= os militares (que amam a democracia)

Y= os que estão hoje no poder (que idolatram ditaduras e ditadores)

Ainda em SD11, podemos destacar, no enunciado *os militares estavam do lado certo, o lado do povo*, a constituição do povo como uma unidade – o que, de acordo com Laclau (2013), é uma totalidade impossível, haja vista que uma particularidade não pode designar uma universalidade.

Vejamos a próxima sequência.

31 de março de 2015

SD12

Sr. Presidente, como capitão do Exército e devidamente autorizado pelo major Olímpio, quero nesta data, 31 de março, saudar os militares das Forças Armadas e os integrantes das forças auxiliares, em memória do Tenente Alberto Mendes Júnior, da nossa então gloriosa Força Pública de São Paulo, que, com seu sacrifício, somados a quase uma centena de civis, deram suas vidas pela liberdade que hoje ainda temos.

Eu temo pelo futuro, porque a situação que o Brasil atravessa hoje em dia, no meu entender, está muito pior que o pré-64. Mas esse povo, como naquela época, fará valer sua força e nos salvará novamente desse comunismo, dessa ditadura desgraçada imposta por esse partido que atualmente está no Governo.

Assim, Sr. Presidente, daqui a pouco estarei na defesa com uma faixa e com foguetório saudando esta data.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nesta sequência, destacamos os elementos os quais se associam à ditadura militar, quais sejam, *liberdade, Militares das Forças Armadas, integrantes das Forças Auxiliares e nossa então gloriosa Força Pública de São Paulo*. Numa relação de oposição, estão *esse partido que atualmente está no governo, comunismo e ditadura desgraçada*.

Desse modo, em termos de X EM OPOSIÇÃO A Y, temos:

X= liberdade

Militares das Forças Armadas

integrantes das Forças Auxiliares

nossa então gloriosa Força Pública de São Paulo

Y= esse partido que atualmente está no governo

comunismo

ditadura desgraçada

Em SD12, novamente temos a utilização de *povo* como uma totalização hegemônica do espectro social. De acordo com as pontuações de Laclau (2013), o conceito de povo é centrado na ideia de um antagonismo com o polo oposto, de forma que a formação de grupos na sociedade se dá a partir da “mútua identificação entre membros do grupo e um ódio comum de algo ou alguém” (p. 119). Pensando nisso, temos uma particularidade de um grupo que é tomada como uma universalização impossível, em que *todo o povo* lutaria contra um *comunismo* e uma *ditadura desgraçada* impostos pelo então governo no poder.

Vejamos a próxima sequência discursiva.

01 de abril de 2015

SD13

Sr. Presidente, depois do dia de ontem, quando eu assisti ao ex-Presidente Lula declarar indignação com a corrupção, chego à conclusão de que Deus é brasileiro, o Papa é carioca e o Pinóquio é petista. Quanta diferença entre os Governos do PT - o quarto agora - e os cinco Governos militares do passado. No passado havia prosperidade, democracia, liberdade para o povo, crescimento econômico e respeito à família. Hoje, abundam corrupção, violência, desgaste dos valores familiares e uma perfeita tragédia no tocante à economia.

Parabéns aos militares de 31 de março de 1964! Minhas homenagens a vocês que transformaram o Brasil realmente numa grande potência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em SD13, novamente temos uma dicotomização do espaço social, em que se opõem *prosperidade, democracia e liberdade para o povo* em contraste a *violência*. Em acréscimo, temos também *crescimento econômico* em contraste a *tragédia no tocante à economia*, bem como *respeito à família* em oposição a *desgaste dos valores familiares*. Tais significantes operam, ainda, em função de uma nuance temporal, haja vista que compara o antes, nesse caso o período ditatorial, com o depois, ou seja, o governo que estava no poder no ano em que o pronunciamento foi proferido.

Nos termos da forma X EM OPOSIÇÃO A Y, temos:

X= prosperidade

democracia

liberdade para o povo

crescimento econômico
 respeito à família
 Y= corrupção
 violência
 desgaste dos valores familiares
 tragédia no tocante à economia

Além disso, a ditadura militar é significada por sua associação aos *cinco Governos militares do passado*, bem como por sua relação de contraste com os *Governos do PT*, em que os primeiros se encontram relacionados à *prosperidade*, à *democracia*, à *liberdade*, ao *crescimento econômico* e ao *respeito à família*, enquanto os *Governos do PT* estão associados à *corrupção*, à *violência*, ao *desgaste dos valores familiares* e à *tragédia no tocante à economia*.

Em termos de X EM OPOSIÇÃO A Y, temos:

X= os cinco Governos militares do passado

Y= Governos do PT

Passemos à sequência discursiva seguinte.

31 de março de 2016

SD14

Eu quero, Sr. Presidente, saudar o 31 de março de 1964, segunda data da independência do nosso Brasil. Não quero saudar apenas os militares das Forças Armadas. Quero saudar todo o povo brasileiro, que naquela época foi às ruas pedir o afastamento do comunista João Goulart.

O Congresso, ouvindo a voz das ruas, este Congresso que aqui está, no dia 2 de abril de 1964, cassou o mandato de João Goulart.

Esse pessoal da Esquerda é tão descarado, tão sem caráter, que no ano retrasado votou um projeto de decreto legislativo anulando a sessão de 2 de abril de 1964, como o ídolo deles, Lenin, que apagava fotografias.

A "esquerdalha" no Brasil, que não tem compromisso com a verdade, com a democracia nem com a liberdade, simplesmente apaga fatos. É uma vergonha essa Esquerda do Brasil! É uma máquina do ódio e da mentira.

Sr. Presidente, trago três manchetes de jornais da época. Veja que manchete atualíssima na capa do Correio da Manhã de 31 março de 1964: "O Brasil já sofreu demasiado com o Governo atual. Agora, basta!"

Agora, basta, Dilma! Basta, PT! Basta, PCdoB! Basta, PSOL! Chega de roubar da Nação brasileira! Chega de enganar os mais humildes!

Na primeira relação de oposição que destacamos em SD14, a ditadura militar é significada por sua relação de aproximação com os significantes *militares das Forças Armadas*, *todo o povo brasileiro* e *o congresso*. A significação da ditadura militar também se dá a partir de sua relação de oposição com *o comunista João Goulart*, como podemos ver no esquema X EM OPOSIÇÃO A Y:

X= militares das Forças Armadas

todo o povo brasileiro

o congresso

Y= o comunista João Goulart

Podemos ressaltar a indicação de *todo o povo brasileiro* em oposição ao *comunista João Goulart*, tendo em vista “a independência do nosso Brasil”, em que uma demanda particular de um grupo (os militares, por exemplo), passa a ser considerada como uma demanda universal. Temos, novamente, uma marca de uma pretensão a uma totalidade impossível.

Importante destacar também a relação que ditadura tem, em SD14, com os significantes *verdade*, *democracia* e *liberdade*, enquanto se opõe a *esse pessoal da esquerda* e a “*esquerdalha do Brasil*”:

X= verdade

democracia

liberdade

Y= esse pessoal da esquerda

a “esquerdalha do Brasil”

Cabe mencionar, ainda, outra relação de oposição, presente no esquema a seguir, em que X e Y são representados, respectivamente, pelos seguintes significantes:

X= a nação brasileira

os mais humildes

Y= Dilma

PCdoB

PT

PSOL

No segmento *todo o povo brasileiro*, podemos vislumbrar, mais uma vez, a pretensão totalizante indicada por Laclau (2013) como um traço da lógica populista. Tal pretensão pode ser abordada em alguns deslocamentos presentes em SD14, tais como de “os mais humildes” para a “nação brasileira” e de “os militares das Forças Armadas” para “todo o povo brasileiro”. Aqui, uma particularidade assume uma totalidade impossível, que passa de “os militares das Forças Armadas” para “todo o povo brasileiro” e, por último, para a “nação brasileira”. Nesse sentido, como afirma Laclau (2013), “numa relação hegemônica, uma diferença particular assume a representação de uma totalidade que a excede” (LACLAU, 2013, p. 121), de modo que “O que temos, em última análise, é uma totalidade fracassada, o espaço de uma inalcançável plenitude” (LACLAU, 2013, p. 119).

3.3 Discussão

3.3.1 *Os sentidos nos pronunciamentos de Jair Bolsonaro*

Chamar a deposição de João Goulart de “golpe” ou de “revolução” revelava, e ainda revela, a linha ideológica da pessoa. Para a direita, sobretudo militar, o que estava em curso era uma revolução que iria modernizar economicamente o país, dentro da ordem. Para a esquerda e para os setores democráticos em geral, não havia dúvidas: tratava-se de um golpe de Estado, um movimento de uma elite, apoiada pelo Exército, contra um presidente eleito. (ORIGENS, [s.a.])

Na passagem anterior, o site *Origens* diz que “Chamar a deposição de João Goulart de “golpe” ou de “revolução” revelava, e ainda revela, a linha ideológica da pessoa”. Esta passagem está, de certa forma, em consonância com o que vimos nos

pronunciamentos, considerando que a ditadura militar comparece nas falas de Bolsonaro como uma *revolução*.

A análise dos pronunciamentos de Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados indicou a presença de uma dicotomização do espectro social. Podemos destacar que esta dicotomização do espaço social é um elemento constitutivo dos pronunciamentos de Bolsonaro, haja vista que os pronunciamentos dividem a sociedade em dois polos opostos: o *cidadão de bem*, grupo representado pelas mulheres, pela Igreja, pela imprensa, etc., e os *comunistas*. Essa análise está em consonância com a indicação de Morais (2019) a respeito de uma postagem feita por Bolsonaro, na qual há a construção de dois grupos antagônicos, quais sejam, a população de bem em oposição à esquerda brasileira e ao PT;

Sobre a relação de antagonismo entre os elementos, podemos retomar o exemplo de Pêcheux (1997a) sobre o discurso de um deputado na Câmara: nesta condição de produção, o deputado “está, pois, bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado” (PÊCHEUX, 1997a, p. 77). Os apontamentos de Laclau (2013) sobre a dicotomização do espaço social indicam justamente esse antagonismo do qual nos fala Pêcheux. Como propõe Laclau (2013, p. 137), “essa dicotomia envolve a divisão antagônica do campo social”. É nessa relação de diferenças que grupos antagônicos se constroem e são demarcados nas sequências discursivas analisadas, de modo que a forma X EM OPOSIÇÃO A Y demonstra-se constitutiva dos pronunciamentos.

Se pensarmos em termos da forma X EM OPOSIÇÃO A Y, *ditadura* possui sentido nos pronunciamentos a partir dos significantes com as quais é associada (termos que figuram o polo X), mas também com os quais estabelece uma relação de diferença (termos que figuram o polo Y). Nesse sentido, a ditadura desponta nos pronunciamentos como uma *revolução*.

Em outras palavras, podemos pensar que *ditadura*, em uma determinada formação discursiva, pode assumir determinados sentidos – sentidos estes que mudam se passamos a outra FD –, de modo que grupos distintos podem atribuir sentidos distintos a uma mesma palavra. Isso está ligado às formações ideológicas, sendo a ideologia de um grupo aquilo que determina os sentidos.

Nesse sentido, nos termos dos pronunciamentos, a ditadura militar é significada como uma revolução e um governo democrata e progressista à medida que se aproxima de termos como *revolução*; *progresso*; *pleno emprego*; *8ª economia*

do mundo; acelerado processo de industrialização; notável infra-estrutura; heróico movimento militar de 31 de março de 1964; contra-revolução; Revolução democrática de 1964; prosperidade; democracia; liberdade para o povo; crescimento econômico; respeito à família; os militares amam a democracia; e liberdade. Do mesmo modo, a ditadura militar é significada como uma revolução e um governo democrata e progressista à medida que se opõe dos termos ditadura totalitária de esquerda; regime semelhante ao de Cuba; atraso que precedeu 1964; caos absoluto; revolução comunista em pleno andamento; destruição; desgoverno de João Goulart, 49ª economia (pré-1964); 14ª economia (no momento do pronunciamento); destruição; ditadura desgraçada imposta por esse partido que atualmente está no governo; dentre outros.

Além disso, por despontar como uma *revolução* e um *movimento* que teve o apoio do povo, nos pronunciamentos a ditadura militar se afasta do sentido de um governo autoritário¹⁰ para se aproximar de um *heróico movimento militar* que teve início para impedir que se instalasse no país uma *ditadura totalitária de esquerda* e uma *revolução comunista em pleno andamento*.

Na mesma perspectiva, a oposição à ditadura militar e os governos que a contrapõem são significados como corruptos, pela associação a termos como *corrupção; destruição; mentira; corrupção; radicalização ideológica; greves; desordem social; corrupção generalizada; violência; desgaste dos valores familiares; tragédia no tocante à economia; dentre outros.*

Outro aspecto que reforça o distanciamento de ditadura militar como um governo autoritário e antidemocrático é a associação da ditadura com significantes como *anseios nacionais de preservação das instituições democráticas; 20 anos de glória; plena liberdade; direitos humanos; militares; toda a imprensa – falada, escrita e televisada; classe empresarial; toda a Igreja Católica; civis sérios; produtores rurais; mulheres em passeata pelas ruas; etc.* Nessa visada, a ditadura militar não teria sido um golpe antidemocrático por ter sido apoiada pelo povo; não teria controlado a liberdade individual, já que foram *20 anos de glória* e de *plena*

¹⁰ De acordo com o dicionário Michaelis, ditadura é um “Governo autoritário, unipessoal ou colegiado, caracterizado pela tomada do poder político, com o apoio das Forças Armadas, em desrespeito às leis em vigor, com a consequente subordinação dos órgãos legislativos e judiciários, a suspensão das eleições e do estado de direito, com medidas controladoras da liberdade individual, repressão da livre expressão, censura da imprensa e ausência de regras transparentes em relação ao processo de sucessão governamental.”. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ditadura/>. Acesso em 17 set. 2021.

liberdade; não teria reprimido a livre expressão e tampouco promovido a censura da imprensa, uma vez que teve apoio de *toda a imprensa – falada, escrita e televisada*.

Do mesmo modo, ao mesmo tempo em que opõe a ditadura militar a um sentido de repressão, os pronunciamentos aproximam os grupos contrários à ditadura aos sentidos que advêm do domínio do caos e da marginalização por associar tais grupos aos significantes *o manto da corrupção; greve generalizada; insubordinação nas Forças Armadas; paralisação de serviços públicos essenciais e outros acontecimentos; iminente guerra civil; caos reinante; ateísmo; comunistas; marginal; esquerdalha; Corruptos; assassinos; seqüestradores; assaltantes; terrorista; ditadura desgraçada imposta por esse partido que atualmente está no governo*; dentre outros.

Laclau (2013) propõe que, dentro de um grupo, “todas as outras diferenças se equivalem mutuamente. Elas são equivalentes em sua comum rejeição à identidade excluída” (LACLAU, 2013, p. 119). Como mencionamos anteriormente, uma demanda particular de um grupo é subvertida em torno de uma *totalidade incomensurável*; as particularidades são deixadas de lado na medida em que se configura como uma demanda universal, ponto em que Laclau menciona que “numa relação hegemônica, uma diferença particular assume a representação de uma totalidade que a excede” (LACLAU, 2013, p. 121), em que uma parte – uma *diferença particular* – pretende representar o todo, alcançando uma totalidade impossível.

É nesse sentido que Laclau (2013) aponta uma relação que é constitutiva do embate político: a divisão dicotômica do espectro social entre dois polos opostos. Nos pronunciamentos, esta divisão dicotômica se verifica: há uma partição da sociedade em dois polos antagônicos, divididos num esquema *nós x eles*, em que *nós*, representado pelos termos do eixo X de nossa forma X EM OPOSIÇÃO A Y, seriam os *brasileiros de bem, os democratas*, em oposição a um *eles*, que ocupam o lugar de Y, sendo os *comunistas*.

Cabe ressaltar que, como demonstra Pêcheux (1997b), a produção de sentidos no discurso escapa à intencionalidade do sujeito falante:

Esta tomada de posição “estruturalista” que se esfuma depois da AD-1 produz uma recusa (que, esta, não vai variar da AD-1 à AD-3) de qualquer metalíngua universal supostamente inscrita no inatismo do

espírito humano, e de toda suposição de um sujeito intencional como origem enunciativa de seu discurso (PÊCHEUX, 1997b, p. 311)

Nesse sentido, ainda que possa existir um propósito ao se enunciar, os sujeitos não controlam os sentidos de seus discursos – algo sempre escapa, uma vez que os indivíduos são assujeitados pela ideologia (ALTHUSSER, 1980) e, desse modo, os sentidos derivam das formações discursivas em que se inscrevem, inconscientemente, os sujeitos. Estas formações discursivas, por sua vez, estão inseridas em formações ideológicas – que determinam os efeitos de sentido dos discursos.

Na seção seguinte, faremos algumas considerações a respeito da militarização do espectro político (SOLANO, 2019) e da lógica militar da guerra ao inimigo interno (ANDRADE, 2019), aspectos que podem ser recuperados das sequências discursivas analisadas.

3.3.2 Considerações sobre a ameaça comunista e a lógica militar da guerra ao inimigo interno

No capítulo em que retomamos o contexto da ditadura militar brasileira, mencionamos que determinados setores da sociedade apoiaram a tomada de poder militar que depôs o então presidente João Goulart, levando em consideração uma suposta revolução comunista que estaria em andamento no país. Mesmo após a redemocratização, determinados discursos que se fizeram presentes durante a ditadura militar permaneceram. Nas eleições presidenciais de 2018, voltaram a circular discursos sobre a militarização da política brasileira e um perigo iminente na sociedade que deveria ser combatido – discursos que, como mencionamos anteriormente, também estavam em pauta em 1964.

Ainda que os pronunciamentos analisados sejam de um período anterior à eleição de 2018, cabe ressaltar que, entre as falas de Jair Bolsonaro proferidas entre 2004 e 2016 e a última corrida presidencial, há discursos que convergem e que remetem tanto à ditadura militar quanto ao período que a precedeu. Abordaremos, a seguir, estes tópicos que estão relacionados a ambos os períodos mencionados.

Sobre as eleições presidenciais de 2018, Solano (2019) indica que um aspecto relevante é a militarização da via pública. Segundo a autora, em tempos de

crise, alguns grupos da sociedade acreditam que ordem nos âmbitos político, econômico e social seria reestabelecida a partir da retomada dos valores militares: “hierarquia, disciplina, autoridade” (p. 129). Isso porque há uma idealização de grupos apoiadores da ditadura militar de que aqueles foram anos sem corrupção e os militares são vistos como guardiões da lei, ordem, valores e costumes, bem como do crescimento econômico da nação.

Andrade (2019) parece concordar que tempos de crise acentuam uma crescente valorização do militarismo na política. O autor aponta que uma racionalidade política militarista que vem ganhando espaço na atualidade pode ser traçada da época da ditadura, com base na Doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra. Essa racionalidade política de cunho militar era caracterizada por uma relação de desconfiança entre o Estado e parte da população, de modo que qualquer um na sociedade poderia ser um inimigo a ser combatido.

No caso brasileiro, é o terceiro nível que interessava, caracterizado pela guerra não-declarada indireta, que assume a forma de um conflito no interior de um país entre partes de sua população. Trata-se de uma guerra insurrecional ou revolucionária. A guerra revolucionária não envolve necessariamente emprego da força armada, abrangendo toda iniciativa de oposição organizada com força suficiente para desafiar as políticas de Estado. Por isso, ela assume uma forma ideológica e psicológica, explorando os descontentamentos existentes em uma sociedade democrática de modo a conquistar as mentes do povo e incitar a rebelião. Para evitar a subversão, é preciso combater os assim considerados “inimigos internos”, que, por agirem de modo oculto, podem potencialmente ser toda a população, sendo necessário o amplo desenvolvimento de serviços de vigilância, informação e repressão. (ANDRADE, 2019, p. 51)

Para Andrade (2019), o lugar desse inimigo interno é um lugar vazio a ser preenchido ao longo do tempo. Segundo o autor, esse lugar é preenchido a partir das construções discursivas – é pelo discurso que se delimita quem é o inimigo da nação que, de tempos em tempos, é apontado como os comunistas e a oposição, considerados como subversivos aos ideais da pátria.

Além da militarização da via pública (SOLANO, 2019), em tempos de crise aumentam a violência, o medo e a competitividade, esta última embasada pelo discurso neoliberalista. Andrade (2019) aponta que, num cenário de crise política e econômica,

Indivíduos atomizados pela competição, frustrados pelo fracasso econômico e decepcionados com a política aderem desesperadamente a princípios conservadores, em busca de reenraizamento. Fazem-no, porém, sem abrir mão do princípio moral da competição, convertendo-o em um novo darwinismo social: assim, culpam imigrantes, classes subalternas, populações minorizadas, movimentos sociais e partidos de esquerda por suas mazelas. O ódio social surge como saída catártica e é explorado pela extrema direita, com seu discurso superficialmente antissistema clamando por saídas nacionalistas autoritárias. (p. 133)

O discurso neoliberal, dessa forma, “Sem ter relação necessária com a democracia, passa a compor com racionalidades políticas autoritárias, como a da segurança nacional e sua guerra a um conjunto cada vez maior de inimigos internos” (ANDRADE, 2019, p. 133).

Na mesma visada, Solano (2019) argumenta que campos neoconservadores ganham espaço em contextos de crise econômica e política. Tais grupos utilizam, de acordo com a autora, de valores da família tradicional e de uma retórica do medo para mobilizar a população. Um desses grupos que ganhou visibilidade no âmbito político atual foi a chamada direita alternativa, que se caracteriza por, segundo Solano, combater questões identitárias – identidade de gênero, por exemplo; combater e desmoralizar o conhecimento científico; estimular a rejeição da política, sendo esta considerada como algo impuro, e o descrédito das instituições – o STF, por exemplo; utilizar o discurso de ódio como uma forma de liberdade de expressão; construir um discurso meritocrático; e, também, por utilizar as redes sociais como centro de disseminação de informações.

Solano (2019) aponta que, nas eleições presidenciais de 2018, o *WhatsApp* foi uma potente ferramenta de disseminação de informações políticas e *fake news*. Nesse cenário, segundo a autora, quando se trata de informações sobre o adversário político, há uma desqualificação do outro, sendo esta desqualificação “geralmente moral e com um grande repertório informativo infantilizado” (SOLANO, 2019, p. 128).

Nesse mesmo sentido, Mariani (2019) argumenta que o discurso produzido pela extrema-direita sobre a oposição “não polemiza, não reconhece a alteridade nem qualquer tipo de diferença. Ao contrário, encerrada em si mesma, essa

discursividade visa produzir uma política de silenciamento em tempos democráticos” (p. 281).

Para Mariani (2019, p. 267), a extrema-direita circula discursos que convocam “a sociedade para uma tomada de posição de negação, aversão e repulsa a qualquer sentido positivo atribuído à palavra comunismo ou de colamento a ideias como sendo esquerda, em geral”.

Sobre os sentidos que ecoam da palavra *esquerda*, Mariani (2019) diz que

pelo trabalho da metáfora discursiva, esse efeito de sentido para comunismo e comunista deslizou para esquerda. Esquerda, esquerdista e esquerdismo em relação com comunismo/comunista são palavras que funcionavam como formas discursivas remissivas substituíveis entre enunciados constituídos anteriormente e os novos, formulados nesse período dos anos 80 do século XX. Assim, ‘ser de esquerda’ tinha sua referência construída discursivamente pela remissão a ‘ser comunista’ (p. 272-3)

Voltemos às considerações sobre a lógica militar da guerra ao inimigo interno. Considerando o que Solano (2019) nos traz a respeito da desqualificação do adversário político, podemos pontuar que tais desqualificações contribuem para a delimitação de quem ocupará o lugar do inimigo interno. Para Andrade (2019),

Um ponto importante sobre a lógica militar da guerra ao inimigo interno é que ela define antes de tudo a relação de guerra incrustada no treinamento e nas práticas das forças repressoras do Estado, deixando o lugar do inimigo como uma posição vazia e indeterminada, até mesmo por ele ser considerado oculto, estar por toda parte e ser potencialmente qualquer um da população. Em última instância, o inimigo interno pode ser deslocado e preenchido conforme as circunstâncias e a construção discursiva, já que é o próprio Estado de Segurança Nacional que determina quem ele é. (p. 52)

O apelo ao militarismo e a delimitação de um inimigo interno, dois aspectos centrais dos discursos que circulavam na época da ditadura militar brasileira, ainda estão em pauta na atualidade, como demonstram Andrade (2019), Mariani (2019) e Solano (2019). Acreditamos que tais aspectos também são constitutivos dos pronunciamentos feitos por Jair Bolsonaro em data próxima ou igual a 31 de março entre os anos de 2004 e 2016.

Discutiremos, a seguir, sobre a presença dos aspectos que acabamos de pontuar nos pronunciamentos de Jair Bolsonaro.

3.3.2.1 *Sobre a lógica militar da guerra ao inimigo interno nos pronunciamentos*

Nas sequências discursivas analisadas, podemos perceber um dos aspectos apontados por Solano (2019) acerca das características do campo neoconservador que consegue seu espaço na sociedade a partir de crises econômicas e políticas: a desqualificação do oponente político.

Nos pronunciamentos, a desqualificação se faz presente. O oponente político está associado geralmente a termos relacionados à criminalidade e da corrupção, tais como *quadrilha do Palácio do Planalto* (SD3); *Corruptos* (SD5); *assassinos* (SD5); *seqüestradores* (SD5); *assaltantes* (SD5); *terrorista* (SD5); *ministro que se preocupa apenas em acobertar a corrupção* (SD6); *comunistas* (SD9); *marginal* (SD9); *os que estão hoje no poder idolatram ditaduras e ditadores* (SD11); *comunista João Goulart* (SD14); e *esquerdalha* (SD14).

Como já mencionamos, é a partir das construções discursivas que o lugar do inimigo interno é demarcado (ANDRADE, 2019), sendo este apontado como comunista, totalitário, subversivo, adotando um antiesquerdismo que segue o modelo da guerra fria, fomentando um “medo ao inimigo vermelho” (SOLANO, 2019, p. 126). Nas sequências discursivas analisadas, Bolsonaro usa um contraste entre o passado e o presente para demarcar os inimigos a serem combatidos pela nação. É a partir do discurso, pela desqualificação do outro, da diferença, do conflito, que se constrói a imagem de quem é esse inimigo.

Ao mesmo tempo em que marca o inimigo a ser combatido, os pronunciamentos também abrem espaço para uma justificativa histórica para as ações militares. Nas sequências, as condutas militares foram uma resposta de contenção às supostas ameaças ao crescimento e à ordem da nação: “*os militares que, em 1964, evitaram fosse instalada no País ditadura totalitária de esquerda*” (SD1); “*Com forte apoio popular, com o beneplácito da Igreja, com apoio das mulheres e principalmente da imprensa, que estampava editoriais pedindo ‘um basta’ ao desgoverno de João Goulart e ao caos reinante, os militares acabaram por*

assumir o timão deste País” (SD4); “*A imprensa foi calada pelos militares para evitar a chantagem*” (SD7).

Outra questão resgatada dos pronunciamentos de Bolsonaro é a marcação de grupos antagônicos. A relação entre significantes para designar a oposição vai de *comunistas a bando do PT*, passando por *corruptos, assaltantes, criminosos*, dentre outros termos e expressões que enquadram a oposição como um grupo transgressor e delinquente. No contexto da ditadura militar, o inimigo interno era o comunista, ainda que tal lugar se configurasse como uma posição vazia, podendo, conseqüentemente, ser “deslocado e preenchido conforme as circunstâncias e a construção discursiva” (ANDRADE, 2019, p. 52).

De maneira oposta, o brasileiro de bem é representado nos pronunciamentos pela Igreja, pela imprensa e pelos militares – expressando o apoio das instituições à ditadura – e pelos homens e mulheres de bem. Esse grupo simbolizaria o respeito, a liberdade de expressão e a ordem, caracterizando a ditadura como uma *revolução democrática*.

Definidos quem são os brasileiros de bem e, por conseguinte, o grupo antagônico, ou seja, a oposição, há outro aspecto que fundamenta os pronunciamentos de Bolsonaro. Apoiados num apelo ao militarismo, os discursos produzem um efeito de sentido de acordo com o qual a ditadura é íntegra e legítima, e cujas ações implicaram em avanços em nível econômico e em uma reestruturação de valores morais na sociedade brasileira: “*no regime militar restabeleceu-se o progresso, a ordem, a disciplina e a hierarquia*” (SD3); “*Em pouco tempo, o Brasil, sob os Governos militares, sem falar muito, passou da 49ª para a 8ª economia do mundo. Deu impressionante salto de qualidade. Contudo, perdemos terreno: hoje, ocupamos a 14ª posição.*” (SD4); “*São inegáveis as conquistas da Contra-Revolução, seja na área energética, seja na de transportes, seja na de educação, seja, ainda, no acelerado processo de industrialização e de implementação de notável infra-estrutura.*” (SD4); “*Vivemos anos de progresso, pleno emprego e respeito à família*” (SD6).

Retomemos a questão do inimigo interno proposta por Andrade (2019). Como mencionamos, nos pronunciamentos de Bolsonaro na Câmara dos Deputados este aspecto pode ser vislumbrado. Nas primeiras sequências discursivas analisadas, temos que os militares assumiram o poder para proteger o país de uma suposta ameaça comunista. O inimigo interno era, ali, o *comunismo* e os *comunistas*.

Progressivamente, esse espaço do inimigo interno passou a ser preenchido pela *esquerda*, em especial os termos *esquerdalha*; *Esquerda do Brasil*; *Dilma*; *PT*; *PCdoB* e *PSOL*, presentes na SD14.

Sobre *comunismo*, *comunistas* e *esquerda*, Mariani (2019) afirma que

estas palavras, na atualidade, estão sendo determinadas por efeitos de sentidos variados, dentre os quais destaca-se o da criminalização. Destaco alguns, como, por exemplo, efeito de ameaça (uma ameaça no social genérica e indistinta), de feiúra e falta de higiene (quando associadas às mulheres de esquerda); de bagunça, balbúrdia, descrédito (quando estas palavras encontram-se referidas à Educação e ao combate à corrupção), de enfrentamento (quando vinculadas às ações policiais em situações de repressão a movimentos sociais), e, ainda, de efeitos que remetem para uma espécie de falta de moral (sobretudo quando vinculadas às diferenças religiosas, à igualdade de gênero, e aos movimentos culturais). (MARIANI, 2019, pp. 266-7)

Do mesmo modo, *esquerdalha*; *Esquerda do Brasil*; *Dilma*; *PT*; *PCdoB* e *PSOL*, representantes do eixo Y de nossa forma X EM OPOSIÇÃO A Y, estão associados, nos pronunciamentos, à ameaça e criminalização (*assassinos*; *seqüestradores*; *assaltantes*; *terrorista* – SD5); à bagunça, balbúrdia, descrédito (*violência* – SD13; *radicalização ideológica*; *greves*; *desordem social*; *corrupção generalizada* – SD7; *ditadura desgraçada imposta por esse partido que atualmente está no governo* – SD12); ao enfrentamento (*violência* – SD13; *Aqueles que pegaram em armas e lutaram contra o regime militar* – SD7); e à falta de moral (*desgaste dos valores familiares* – SD13; *ateísmo*; *comunistas*; *marginal* – SD9).

Nesse sentido, podemos mencionar que a análise apontou que os pronunciamentos estão em consonância com as formulações que Andrade (2019), Mariani (2019) e Solano (2019) fazem sobre aspectos da lógica política da atualidade. Para Andrade (2019) e Solano (2019), momentos de crise econômica e política minam a solidariedade e reforçam elementos como o discurso meritocrático, discurso de ódio, hostilidade às questões identitárias, dentre outro. O principal ponto é a questão da lógica militar do inimigo interno, cujo lugar é apontado a partir das circunstâncias discursivas. É no mesmo sentido que Mariani (2019) diz que os sentidos, principalmente da ordem da criminalidade, que outrora eram atribuídos às palavras *comunismo* e *comunistas* foram progressivamente se deslocando para

esquerda no cenário político que abrangeu, principalmente, o período das eleições presidenciais de 2018, que elegeu o então candidato Jair Bolsonaro.

Nesse sentido, podemos dizer que os pronunciamentos de Bolsonaro são caracterizados, além da dicotomização do espaço social delineada por Laclau (2013), pela lógica militar da guerra ao inimigo interno, tal como proposta por Andrade (2019), lógica esta que opera nos pronunciamentos, que são marcados pelo discurso neoliberal (ANDRADE, 2019) e pelo discurso da extrema-direita (MORAIS, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a Análise do Discurso trabalha com o sentido e as significações dentro de uma formação discursiva, o objetivo do presente trabalho foi analisar como os pronunciamentos de Jair Messias Bolsonaro, pronunciados a partir de condições de produção dadas e inseridos em uma formação discursiva determinada, significam a ditadura militar. Como apontamos anteriormente, há uma disputa sobre os sentidos sobre o regime militar, que está ligada à forma com que os sujeitos nomeiam o período histórico.

Na tentativa de delimitar o conceito de discurso político, esbarramos na dificuldade de separar o que é próprio do discurso político do que é característica comum de qualquer discurso.

Um olhar sobre o discurso político através da articulação da lógica populista cunhada por Laclau (2013) e das discussões de Pêcheux (1997a; 2014a) sobre a constituição dos sentidos a partir da relação entre significantes nos permitiu contribuir para delimitar uma forma de discurso político, pensando não apenas em algo que seja relativo ao funcionamento de várias formas discursivas. Baseamo-nos na formulação de Laclau de que “o populismo é o caminho para se compreender algo sobre a constituição ontológica do político enquanto tal” (LACLAU, 2013, p. 115) e na indicação de Pêcheux de que o discurso político é o “representante exemplar de diversos tipos de processos discursivos” (PÊCHEUX, 1997a, p. 77) para propor uma forma do discurso político que é marcada pela dicotomização do espaço social com base nas relações entre significantes que se agrupam em polos opostos em um discurso.

Para analisarmos como os pronunciamentos de Bolsonaro significam a ditadura militar, utilizamos a forma X EM OPOSIÇÃO A Y, forma esta que acreditamos ser estrutural nos pronunciamentos do então Deputado Federal, como tivemos a oportunidade de demonstrar. A partir dessa forma, separamos nas sequências discursivas os termos que ocupam o espaço de X e de Y para analisarmos as relações entre os significantes.

Os pronunciamentos selecionados foram analisados com base na elaboração de Laclau (2013) e Morais (2019) acerca da divisão do campo social em dois polos antagônicos, e na indicação de Pêcheux acerca do discurso político como um “representante exemplar de diversos tipos de processos discursivos” (PÊCHEUX,

1997a, p. 77), sendo um espaço marcado pela disputa pelos significados (PÊCHEUX, 2014b).

A análise nos revelou que, na formação discursiva na qual se insere Bolsonaro, a ditadura militar comparece como uma *revolução*. *Revolução* esta que teve início para se contrapor a uma suposta *ameaça comunista em pleno andamento*, em consonância com as indicações de Moraes (2019).

Além disso, na análise das sequências discursivas também pudemos vislumbrar alguns elementos propostos por Andrade (2019) e Solano (2019). Andrade (2019) afirma que, seguindo uma lógica militar, o lugar do inimigo interno é um espaço vazio, que pode ser preenchido de acordo com as circunstâncias discursivas. Nesse sentido, os pronunciamentos de Bolsonaro são caracterizados não apenas pela dicotomização do espaço social (LACLAU, 2013), constitutiva da forma de discurso político que propomos, mas também pela lógica militar da guerra ao inimigo interno (ANDRADE, 2019).

Desse modo, a análise nos revelou:

- a) relações entre significantes em uma determinada formação discursiva;
- b) a ditadura militar, na formação discursiva em que se insere Bolsonaro, é significada como uma revolução em resposta a uma suposta ameaça comunista;
- c) a divisão antagônica da sociedade em dois polos opostos: *nós (brasileiros de bem, democratas, militares) x eles (comunistas, corruptos)*, divisão constitutiva da forma do discurso político que propusemos;
- d) um efeito de sentido para a ditadura militar como uma *revolução* em contraponto a uma *ameaça comunista*.

Com base em nossa leitura de Pêcheux (1997a), em que o discurso de um deputado na Câmara está situado em uma relação de forças existentes entre elementos antagonistas em um campo político, bem como nas indicações de Laclau (2013) de que a lógica populista divide a sociedade em dois polos antagônicos, num jogo em que uma parte aspira ser um todo, ou seja, uma totalidade impossível, foi possível indicar que a ditadura é significada tanto em relação com significantes como os brasileiros de bem, que compõem o polo X em nossa forma X EM OPOSIÇÃO A Y, quanto em sua relação de oposição a elementos como os comunistas, criando uma dicotomização do campo social. Acrescentamos, ainda, que significar a ditadura militar como uma *revolução democrática* apaga a ideia de ditadura militar como algo violento e antidemocrático.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3ª ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

ANDRADE, Daniel Pereira. Brasil, neoliberalismo híbrido: socialdemocracia e guerra ao inimigo interno. In: **43º Encontro Anual da ANPOCS**, 2019, Caxambu. Anais do 43º Encontro Anual da ANPOCS, 2019.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. 41ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

BRASIL, Luciana Leão. Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. **Linguagem – Estudos e Pesquisas**, Catalão, v. 15, n. 1, p. 171-182, 2011.

CARVALHO, Bianca Resende; GASPARINI, Edmundo Narracci. Discurso político e metáfora: efeitos de sentido sobre a ditadura militar em pronunciamentos de Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 7, n. 24, p. 48-60, 2020.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 25, p. 83-106, 2005.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFScar, 2014.

COURTINE, Jean-Jacques. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. **Policromias**, s.n., 2016, p. 14–35.

EMEDIATO, Wander. Dimensões e faces da mentira no discurso político. In: Wander Emediato. (Org.). **Análises do Discurso Político**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2016, v. 1, p. 14-49.

HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. **Langages**, v. 6, n. 24, 1971, p. 93-106.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

MARIANI, Bethania. As formas discursivas e a ameaça comunista. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 44, 2019, p. 266–285.

MARQUES, Welisson. Discurso, mídia e política: da utopia ao caos sob análise. **Veredas atemática**, v. 17, n. 2, p. 437-452, 2013.

MENEGAT, R. Bolsonaro mencionou a ditadura em 1/4 dos seus discursos como deputado. **Estadão**, 30 de mar. de 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/infograficos/politica,bolsonaromencionou-a-ditadura-em-14-de-seus-discursos-como-deputado,982285>. Acesso em: 16 mar. 2020.

MORAIS, Argus Romero Abreu de. O discurso político da extrema-direita na atualidade. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**: Programa de Pós-Graduação em Linguística da UnB, Brasília, v. 20, n. 1, p. 152-172, 2019.

ORIGENS do golpe. **Memórias da ditadura**, [s.a.]. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/origens-do-golpe/>. Acesso em: 18 jul. 2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A Linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4ª ed. Campinas: Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso e argumentação: um observatório do político. **Fórum Linguístico**, p. 73-81, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. São Paulo: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ª ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ª ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997a.

PÊCHEUX, Michel. A Análise de Discurso: três épocas (1983). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ª ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997b.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel. As massas populares são um objeto inanimado? *In*: ORLANDI, E. P (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. 3ª ed. Campinas: Pontes, 2012. p. 251-273.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Traduzido por Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 5ª ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2014a.

PÊCHEUX, Michel. O estranho espelho da Análise do Discurso. *In*: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFScar, 2014b.

RIBEIRO, Karine de Medeiros. A respeito de três sites do movimento social urbano "Marcha da Maconha": análise discursiva de substituições simétricas e orientadas. **Travessias**: Cascavel, v. 10, n. 02, p. 144-154, 2015.

SANTOS, Sonia Sueli Berti. Pêcheux. *In*: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). **Estudos do Discurso**: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 209-234.

SILVA, Ariana da Rosa. Uma análise do discurso político na mídia televisiva: Aécio Neves e Dilma Rousseff em debates 2014. 2017. 277f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

SOLANO, Esther. 'Eu voto no Bolsonaro porque ele vai mudar o Brasil': escutando os eleitores de Bolsonaro. *In*: Leonardo Avritzer, Heloisa Murgel, Pauline Braga, Priscila. (Org.). **Pensando a democracia, a República e o Estado de Direito no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2019, p. 119-131.

Pronunciamentos analisados

BOLSONARO, Jair. Discurso. 2004. Disponível em: <
<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=039.2.52.O&nuQuarto=23&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:44&sgFaseSessao=PE&Data=31/03/2004&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PTB-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:44&txEtapa=>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

BOLSONARO, Jair. Discurso. 2005. Disponível em: <
<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=049.3.52.O&nuQuarto=100&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=17:18&sgFaseSessao=GE&Data=31/03/2005&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PFL-RJ&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=17:18&txEtapa=>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

BOLSONARO, Jair. Discurso. 2006. Disponível em: <
<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=036.4.52.O&nuQuarto=24&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:46&sgFaseSessao=PE&Data=29/03/2006&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:46&txEtapa=>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

BOLSONARO, Jair. Discurso. 2007. Disponível em: <
<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=050.1.53.O&nuQuarto=23&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:44&sgFaseSessao=PE&Data=28/03/2007&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:44&txEtapa=>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

BOLSONARO, Jair. Discurso. 2009. Disponível em: <
<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=057.3.53.O&nuQuarto=22&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:42&sgFaseSessao=BC&Data=02/04/2009&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:42&txEtapa=>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

BOLSONARO, Jair. Discurso. 2010. Disponível em: <
<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=059.4.53.O&nuQuarto=36&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:10&sgFaseSessao=BC&Data=31/03/2010&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:10&txEtapa=>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:10&txEtapa=>. Acesso em: 28 jul. 2021.

BOLSONARO, Jair. Discurso. 2012. Disponível em: <
<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=061.2.54.O&nuQuarto=67&nuOrador=2&nuInsercao=34&dtHorarioQuarto=11:12&sgFaseSessao=OD&Data=29/03/2012&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=11:12&txEtapa=>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

BOLSONARO, Jair. Discurso. 2013. Disponível em: <
<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=047.3.54.O&nuQuarto=8&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:14&sgFaseSessao=BC&Data=27/03/2013&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:14&txEtapa=>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

BOLSONARO, Jair. Discurso. 2015a. Disponível em: <
<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=056.1.55.O&nuQuarto=2&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:02&sgFaseSessao=BC&Data=31/03/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:02&txEtapa=>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

BOLSONARO, Jair. Discurso. 2015b. Disponível em: <
<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=059.1.55.O&nuQuarto=9&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:24&sgFaseSessao=PE&Data=01/04/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:24&txEtapa=>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

BOLSONARO, Jair. Discurso. 2016. Disponível em: <
<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=062.2.55.O&nuQuarto=23&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=11:52&sgFaseSessao=BC&Data=31/03/2016&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PSC-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=11:52&txEtapa=>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

ANEXOS

31 DE MARÇO DE 2004

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, 31 de março de 1964 é uma data reverenciada pelos brasileiros de bem, pelos democratas.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. autorização para reverenciar a memória dos militares que, em 1964, evitaram fosse instalada no País ditadura totalitária de esquerda. Vou me ajoelhar, por alguns segundos, se V.Exa. permite. (Ajoelha-se o orador.)

Os brasileiros devem homenagear os militares que, nesta data que deve ser comemorada, evitaram - repito - fosse instalada em nosso País ditadura totalitária de esquerda, cujo resultado seria a implantação de regime semelhante ao de Cuba e, para todos nós, o paredão ou a plantação de cana.

Quero reverenciar a memória dos heróis que morreram em prol da revolução, dos 16 militares que morreram na Guerrilha do Araguaia. Caso não tivessem aniquilado o movimento, hoje teríamos no coração do País grupos semelhantes às FARC que dominam a Colômbia.

É a homenagem que faço em memória dos meus companheiros militares que faleceram em 1964 e também por ocasião da Guerrilha do Araguaia. (Levanta-se o orador.)

Sr. Presidente, passo agora a citar trechos de editorial escrito pelo jornalista Roberto Marinho e publicado no jornal O Globo, no dia 7 de outubro de 1984:

"Participamos da Revolução de 1964 identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada".

Alguém vai rebater o Sr. Roberto Marinho?

Para refrescar a memória dos que acusam os militares de torturadores, vou citar 2 episódios. Em 1968, a Vanguarda Popular Revolucionária, que tinha como um dos mais ativos integrantes o atual todo-poderoso Ministro-Chefe da Casa Civil José Dirceu, planejou e realizou um atentado à bomba contra o quartel do Exército de São Paulo. Alguns dos seus membros lançaram ladeira abaixo um carro-bomba que explodiu em uma guarita, na qual se encontrava de serviço o jovem recruta Mário Kosel Filho, que teve o corpo totalmente dilacerado. Dizem que foi em nome da democracia. Mas que democracia é essa? Trata-se de atentado terrorista bárbaro e hediondo, tal como o que ocorreu há meses no Iraque, ceifando a vida do Embaixador brasileiro Sérgio Vieira de Mello.

Cito também o caso em que Lamarca, no Vale do Ribeira, depois de aceitar a troca de prisioneiros, usou o então tenente da Polícia Militar Alberto Mendes Júnior como escudo para vencer a barreira do Exército. Ultrapassada, ele foi simplesmente executado a coronhadas.

Que democracia é essa? Será que quem critica o regime militar, quem fala de tortura, não tem vergonha na cara, não tem memória? Naquela época, o atual Ministro José Dirceu foi aprender técnicas de guerrilha na China e em Cuba, países totalitários que praticaram ditaduras sanguinárias. Tudo o que aprendeu lá veio aplicar aqui: tortura, guerrilha, luta armada, assaltos etc. Mas os militares reagiram bravamente.

Continua o jornalista Roberto Marinho, no referido artigo:

"Acompanhamos esse esforço de renovação em todas as suas fases. No período de ordenação de nossa economia, que se encerrou em 1977, nos meses dramáticos de 1968, em que a intensificação dos atos de terrorismo provocou a

implantação do AI-5, na expansão de 1969 a 1972, quando o produto nacional bruto cresceu à taxa média anual de 10%. Assinale-se que, naquele primeiro decênio revolucionário, a inflação decresceu de 96% para 12%, ao ano".

Diz ainda Roberto Marinho, em 1984, 20 anos depois dos episódios de 31 de março de 1964:

"Volvendo os olhos para as realizações nacionais dos últimos vinte anos, há que se reconhecer um avanço impressionante: em 1964, éramos a 49ª economia mundial, com uma população de 80 milhões de pessoas e uma renda per capita de 900 dólares. Somos hoje a 8ª, com uma população de 130 milhões de pessoas, e uma renda média per capita de 2.500 dólares".

Sr. Presidente, no regime militar restabeleceu-se o progresso, a ordem, a disciplina e a hierarquia. Trata-se de fatos que ninguém pode contestar. Agora novamente mergulhamos no atraso que precedeu 1974. Não queremos militares no Poder. Gostaríamos apenas que se restabelecesse a autoridade em nosso País, que o manto da corrupção não continuasse encobrindo atos como o do Ministro José Dirceu e da quadrilha do Palácio do Planalto.

31 DE MARÇO DE 2005

Sr. Presidente, regimentalmente, solicito 5 minutos, porque hoje é um dia muito especial para mim. Sou Capitão do Exército Brasileiro e quero falar um pouco sobre o dia 31 de março de 1964.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a data de hoje deveria ser comemorada com muita festa pelo Brasil. Infelizmente, interesses mais fortes e escusos fazem com que esta data passe praticamente despercebida.

Antes de 31 de março de 1964, o Brasil vivia um clima de corrupção, de greve generalizada, de insubordinação nas Forças Armadas, de caos absoluto. A paralisação de serviços públicos essenciais e outros acontecimentos indicavam a perspectiva de iminente guerra civil.

Naquela época, existia a Guerra Fria, quando o comunismo tentava ampliar seus tentáculos e o fazia de forma violenta. O Brasil era um alvo dos mais interessantes.

O caos estava implantado. Praticamente havia uma revolução comunista no Brasil. Por isso, não tenho dúvida de que o heróico movimento militar de 31 de março de 1964, equivocadamente chamado de revolução. Na verdade, foi uma contra-revolução, pois surgiu para se contrapor a uma revolução comunista em pleno andamento.

Com forte apoio popular, com o beneplácito da Igreja, com apoio das mulheres e principalmente da imprensa, que estampava editoriais pedindo "um basta" ao desgoverno de João Goulart e ao caos reinante, os militares acabaram por assumir o timão deste País, no dia 31 de março de 1964.

Tanto é verdade esse apoio que não foi disparado um tiro sequer, em contraposição à revolução cubana, que botou no paredão mais de 70 mil pessoas, entre eles pensadores, e hoje mantém milhares de presos políticos confinados.

Em pouco tempo, o Brasil, sob os Governos militares, sem falar muito, passou da 49ª para a 8ª economia do mundo. Deu impressionante salto de qualidade. Contudo, perdemos terreno: hoje, ocupamos a 14ª posição.

São inegáveis as conquistas da Contra-Revolução, seja na área energética, seja na de transportes, seja na de educação, seja, ainda, no acelerado processo de industrialização e de implementação de notável infra-estrutura.

A intenção do saudoso Presidente Castello Branco era tirar o País do caos e,

cumprindo o prazo do mandato de Jango, devolver o Governo aos civis, mas as mesmas forças que apoiaram o movimento contra-revolucionário exigiram a continuidade dos militares no poder.

A edição do AI-5 foi consequência da ação dos comunistas, que se lançaram à luta armada sob o pretexto de combater a "ditadura". Os militares sempre estiveram ávidos por entregar o controle do País aos civis, mas não puderam fazê-lo, ante o clima de guerra revolucionária desenvolvido pelas esquerdas.

Os terroristas de ontem, hoje no poder, posam de combatentes da liberdade, camuflando a verdade histórica, que sempre foi a de tentar implantar no Brasil a ditadura do proletariado.

A Contra-Revolução foi magnânima com os vencidos na luta armada, outorgando uma anistia que pretendia o esquecimento, o perdão e o desarmamento de espíritos. O que se vê hoje, entretanto, é uma anistia enviesada, que promove a iniquidade e o revanchismo, além de propiciar indenizações e pensões milionárias aos protegidos das atuais autoridades, algumas sem qualquer parâmetro com os critérios estabelecidos para os que contribuíram de qualquer forma para um sistema previdenciário.

Os brasileiros vítimas do terrorismo hoje não recebem mais nem a lembrança de suas desgraças. Para os que estão no poder, são cidadãos de segunda classe, cujas famílias não merecem nenhum lenitivo. As reparações são para os "perseguidos", os criminosos e terroristas de ontem, que agora se empanturram com o que verdadeiramente saqueiam dos cofres públicos.

Estranho, Sr. Presidente, que todos que "lutaram ferozmente" contra uma "violenta e sanguinária ditadura" não apresentem qualquer seqüela, nem mesmo uma simples marca de arranhão. Algo está errado, ou esses "heróis" não lutaram tão bravamente ou a chamada ditadura não era tão violenta e sanguinária como apregoam.

No discurso do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh proferido na noite da última eleição para a Presidência desta Casa, S.Exa. afirmou que era advogado dos perseguidos e presos políticos desde a época da "ditadura" e encontrava com os presos nos porões. Cabe uma pergunta: que ditadura era essa que, segundo as informações do próprio Deputado Greenhalgh, permitia que advogados se comunicassem com os presos? Outra pergunta, Sr. Presidente: na democrática Cuba, tão decantada pelas atuais autoridades de nosso País, advogados se encontram com presos nos "porões"?

O que temo, sinceramente, é que queiram implantar em nosso País um "regime democrático idêntico ao de Cuba".

Corruptos, assassinos, seqüestradores, assaltantes estão por aí com os bolsos cheios e promovendo a sua revanche. No Brasil o crime compensa. No Brasil, terrorista é herói e alvo da benemerência do Estado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os militares foram complacentes. O Presidente João Figueiredo proporcionou anistia com o intuito de levar tudo o que aconteceu, em ambos os lados, para o esquecimento, para o perdão, para que houvesse um conagraçamento entre vencidos e vencedores. Infelizmente isso não aconteceu.

O revanchismo é evidente. Os militares estão em situação nunca encontrada em lugar algum; se comparada às de outros países, é a pior.

Cito o jornal O Globo de 22 de março, que publicou matéria sobre a onda de anistias em alguns Estados. No Rio de Janeiro, a Sra. Jesse Jane Vieira de Souza, que participou do seqüestro de um avião durante a ditadura, passando-se por

grávida, afirmou que os 20 mil reais pagos pela indenização têm apenas um efeito reparador. Ora, indeniza-se uma mulher que seqüestrou um avião!

Espero que os jovens que estão recebendo essa carga de informação negativa da Esquerda sobre o regime militar perguntem a seus avós como foi aquele momento ou se não eram reféns nesse avião.

Nessa matéria ainda, tomamos conhecimento de foi também indenizado, com 20 mil reais, o cidadão brasileiro Alex Polari, que há 35 anos participou do seqüestro do Embaixador alemão Von Holleben. Indenização a um seqüestrador! Logo o Governo do Rio de Janeiro, que não paga há mais de 3 anos o auxílio-funeral a seus policiais militares que morrem em combate!

Para completar, a edição de hoje do jornal O Globo me chama de bobo, porque apresentei requerimento à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional em que elogio o Presidente da Indonésia, tendo em vista que a Justiça daquele país condenou à morte um traficante, um marginal brasileiro.

O mesmo jornal podia chamar de esperto o Presidente Lula, que pediu clemência para esse traficante. Ou, então, elogiar o Presidente brasileiro, que agora foi flagrado, conforme se vê em fotografias em todos os jornais do País, abraçando o maior consumidor de cocaína do mundo, o Sr. Maradona.

Ou ainda, para completar, Sr. Presidente, o jornal O Globo devia chamar de esperto Franklin Martins, que, apesar de ninguém saber, foi um dos seqüestradores, juntamente com Gabeira, do Embaixador americano Charles Elbrick.

Há uma inversão de valores neste País, Sr. Presidente. Dou graças a Deus, no momento, por V.Exa. ter assumido essa cadeira, pois é um homem voltado à defesa da família, um homem íntegro, honesto e respeitador, que tem trazido vitórias a este País, como, por exemplo, a votação da PEC Paralela e a derrubada da Medida Provisória nº 232. O mérito é de V.Exa. e não, como disseram os apartes do Parlamentar do PT que me antecederam, uma vitória de Lula, que teria ouvido o PT e a sociedade. É uma mentira! O PT mentiu 20 anos para chegar ao Governo. A única coisa que não mudou no PT foi a mentira, que é a marca na testa de todos os petistas nesta Casa.

Parabéns a V.Exa., Sr. Presidente, pela forma como conduz os trabalhos!

Deus salve o povo brasileiro dessa Esquerda que está no poder, mafiosa e amiga das FARC!

29 DE MARÇO DE 2006

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 31 de março de 1964 teve início a Revolução. Aproveito a oportunidade para saudar os militares e os homens de bem que participaram daquele movimento.

Vou ler alguns trechos de editorial assinado por Roberto Marinho e publicado em 7 de outubro de 1984, na capa do jornal O Globo:

"Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais, de preservação das instituições democráticas, ameaçados pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada.

(...) os acontecimentos que se iniciaram, como reconheceu o Marechal Costa e Silva, 'Por exigência inelutável do povo brasileiro'. Sem povo, não haveria revolução, mas apenas um 'pronunciamento' ou 'golpe' com o qual não estaríamos solidários".

Analisando a economia brasileira daqueles anos, o autor afirma que, com relação ao petróleo, a produção do Brasil passou de 175 mil barris diários para 500 mil barris; a área plantada foi acrescida em 20 milhões de hectares; a população

economicamente ativa passou de 29 milhões para 45 milhões; o País deixou de ser a 49ª para se tornar a oitava economia do mundo; a renda per capita passou de 900 dólares para 2.500 dólares.

Naquela época, o Ministro da Justiça estava preocupado em fazer justiça, mas o de hoje se preocupa apenas em acobertar a corrupção.

As obras então realizadas foram Itaipu Binacional e dezenas de hidrelétricas; Usina Nuclear de Angra I; Ponte Rio-Niterói; inovações nas áreas de telecomunicações; rodovia Rio-Santos; portos e aeroportos.

No que diz respeito a portos, o Governo anterior acabou com a nossa Marinha Mercante. Hoje em dia não se enxerga um só navio de bandeira nacional em qualquer porto do País.

Quanto aos aeroportos, o Governo atual está no mesmo caminho do Governo anterior: leva à falência os nossos aeroportos, com a criação da Agência Nacional de Aviação Civil.

Vivemos anos de progresso, pleno emprego e respeito à família. Desafio os Parlamentares a me apontarem uma só grande obra de vulto dos últimos 20 anos, chamados de Nova República. Repito: nos últimos 20 anos vimos apenas destruição, mentira e corrupção.

Continuou Roberto Marinho em seu editorial:

"Enquanto vários líderes oposicionistas pretenderam considerar aquelas medidas fundamentais como 'meros paliativos'. O então Deputado Tancredo Neves, Líder do MDB na Câmara Federal, reconheceu que a determinação governamental 'foi além do esperado'.

Não há memória que haja ocorrido aqui, ou em qualquer outro país, que um regime de força, consolidado há mais de dez anos, se tenha utilizado do seu próprio arbítrio para se autolimitar, extinguindo os poderes de exceção, anistiando adversários, ensejando novos quadros partidários, em plena liberdade de imprensa. É esse, indubitavelmente, o maior feito da Revolução de 1964".

Homenageio aqui a memória do jornalista Roberto Marinho, que teve a coragem de publicar este editorial na capa do jornal O Globo, edição de domingo, no dia 7 de outubro de 1984.

Aos cidadãos de bem deste País, aos homens de coragem, aos patriotas, peço que comemorem este 31 de março, porque, dos últimos 20 anos, como bem disse aqui, nada temos a comemorar, infelizmente, a não ser destruição, mentira e corrupção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

28 DE MARÇO DE 2007

Sr. Presidente, no próximo sábado, pessoas que ajudaram a escrever e a fazer história no Brasil comemoram o 43º aniversário da Revolução Democrática de 31 de março de 1964.

A quem tem dúvidas e a quem é jovem, sugiro consultar as bibliotecas para ver como tudo aquilo começou.

Os militares assumiram o comando do País impulsionados grandemente pela mídia, que pedia a todo momento que o militar assumisse o timão do País; pelas mulheres, em especial pelas passeatas que realizavam nas Capitais do Brasil; e pela Igreja.

Neste momento, costumo fazer a leitura de trechos do editorial assinado, nada mais, nada menos do que pelo Sr. Roberto Marinho e publicado na capa do jornal O Globo do dia 7 de outubro de 1984. É o que farei agora.

Diz Roberto Marinho:

"Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais, de preservação das instituições democráticas, ameaçados pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada.(...)

(...)os acontecimentos se iniciaram, como reconheceu o Marechal Costa e Silva, "Por exigência inelutável do povo brasileiro". Sem povo, não haveria revolução, mas apenas um 'pronunciamento' ou 'golpe' com o qual não estaríamos solidários.

(...)Acompanhamos esse esforço de renovação em todas as suas fases. No período de ordenação da economia que se encerrou em 1967. Nos meses dramáticos de 1968 em que a intensificação dos atos de terrorismo provocou a implantação do AI-5. Na expansão econômica de 1969 a 1972, quando o produto nacional cresceu a taxa média anual de 10% (...)

(...)Volvendo os olhos para as realizações nacionais dos últimos vinte anos, há que se reconhecer impressionante: em 1964, éramos a quadragésima nova economia mundial (...)

(...) somos a oitava(...)

(...)Enquanto vários Líderes opositoristas pretenderam considerar aquelas medidas fundamentais como 'meros paliativos'. O então Deputado Tancredo Neves, Líder do MDB na Câmara Federal, reconheceu que a determinação governamental 'foi além do esperado'.

(...) Não há memória que haja ocorrido aqui, ou em qualquer outro país, que um regime de força, consolidado há mais de dez anos, se tenha utilizado do seu próprio arbítrio para se autolimitar, extinguindo os poderes de exceção anistando adversários, ensejando novos quadros partidários, em plena liberdade de imprensa. É esse, indubitavelmente, o maior feito da revolução de 1964.

Neste momento em que se desenvolve o processo da sucessão presidencial, exige-se coerência de todos os que têm a missão de preservar as conquistas econômicas e políticas dos últimos decênios.

O caminho para o aperfeiçoamento das instituições é reto. Não admite desvios aéticos, nem o afastamento do povo.

Adotar outros rumos ou retroceder para atender a meras conveniências de facções ou assegurar a manutenção de privilégios seria trair a Revolução ou seu ato final."

Sr. Presidente, prezado Deputado Narcio Rodrigues, essas são as palavras, na capa do jornal O Globo de 7 de outubro de 1984, do saudoso Roberto Marinho. É o seu testemunho.

Muito se fala sobre o regime militar. Acusam-nos de tortura e desvios, mas até hoje não encontramos nenhum sargento, cabo, coronel ou general rico, com 20 anos de poder.

A imprensa foi calada pelos militares para evitar a chantagem. Roberto Marinho reconheceu tudo isso. Aqueles que pegaram em armas e lutaram contra o regime militar hoje recebem polpudas indenizações do pobre trabalhador contribuinte brasileiro, inclusive sem pagar Imposto de Renda.

É triste vermos que, no primeiro Governo Lula, mais de 3 bilhões de reais foram despendidos a pessoas que praticaram atos de terrorismo, seqüestro, assalto etc. Agora assistimos ao nosso Presidente Lula nomear Ministro do atual Governo um seqüestrador, Franklin Martins, companheiro ou comparsa de Fernando Gabeira. As nossas Forças Armadas estão completamente esquecidas. Falemos apenas do recruta, que ganha uma vergonha: 207 reais de remuneração bruta.

Muito obrigado, Sr. Presidente Narcio Rodrigues.

02 DE ABRIL DE 2009

Sra. Presidenta, companheiros, venho hoje à tribuna — e não estou atrasado — para saudar o regime militar que começou em 31 de março de 1964. Sem as obras dos militares, o Brasil não existiria. E obras sem roubalheira! Não se encontra nenhum coronel, general, sargento, capitão da PM rico. Entre os militares, não se encontra ninguém rico.

Hoje em dia, qualquer Zé Mané de terceiro escalão está com os bolsos cheios de dinheiro de obras "superfraturadas", isto é, quebradas, obras que não servem para nada.

Então, quero saudar os militares.

Quero também dizer para a Ministra Dilma Rousseff, que agora diz que não aceita sigilos em processos que violem direitos humanos, que mande o Greenhalgh para se reciclar em Cuba e reabra o processo de Celso Daniel, que foi seqüestrado, torturado e executado em Santo André pelo bando do PT que roubava a Prefeitura daquele Município.

E, uma vez que a Ministra Dilma Rousseff fala tanto em abrir arquivo de ditadura, vou começar a abrir uma parte do arquivo de S.Exa.

Dilma Rousseff , em 1968: assalto ao BANESPA; planejamento do assassinato do Capitão americano Chandler; assalto à casa de Armas Diana, em São Paulo; assalto ao Banco Mercantil, em São Paulo.

Em 1969: assalto ao 4º Regimento de Infantaria, Quitaúna, Osasco, São Paulo; assalto à casa do Governador Adhemar de Barros, junto com Carlos Minc, seu colega de Ministério agora, e assalto ao Quartel da Força Pública, em Barro Branco.

Há mais coisas. Vamos abrir os arquivos, Ministra Dilma! Essa ficha tem de estar à frente do seu plano de Governo para 2011, porque ela orgulha a todos — com certeza.

Sr. Presidente, como o tempo é curto, quero sugerir à garotada universitária que diga não ao bando que está na direção da UNE, ao bando que vive de dinheiro do Governo. Esse pessoal leva dinheiro e manobra, manipula os estudantes.

Os estudantes têm de procurar as bibliotecas — a da Câmara, inclusive, é muito boa. Peguem os jornais de antes e de depois de 1964 e vejam o que está escrito lá. Antes não havia censura, depois, dizem que havia.

Leiam o editorial do Jornal do Brasil, de 1º de abril de 1964: "Desde ontem se instalou no País a verdadeira legalidade".

Essa cambada de pré-64, que depois pegou em armas para tentar derrubar o Governo, queria impor a ditadura do proletariado. Pegava recursos de Cuba para financiar democracia aqui. Só idiota para acreditar nisso!

Vejamos mais alguns jornais da época:

Estado de Minas, de 1, 2, 3 de abril, de 1964: "Multidões em júbilo na Praça da Liberdade".

O Globo: "Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares que os protegeram de seus inimigos".

O Dia: "A população de Copacabana saiu às ruas, em verdadeiro Carnaval, saudando as tropas do Exército".

O Globo: "Ressurge a Democracia! Vive a Nação dias gloriosos".

Jornal do Brasil: "Partidos asseguram eleição do General Castelo Branco".

Sr. Presidente, que ditadura é essa que tinha partido?

Jornal do Brasil, 18 de abril de 1964: "Castelo garante o funcionamento da Justiça".

Quer dizer que, antes de 1964, não funcionava?

As pessoas que hoje estão no poder nada fazem pelo Brasil, a não ser criar uma massa de miseráveis com Título de Eleitor e, depois, ainda vão estimular a aprovação da lista partidária fechada e do voto facultativo, porque sabem que essa massa vai votar no PT. E os senhores aqui, do PSDB, do DEM, do PP, do PTB, vão ficar a ver navios, porque eles vão às urnas e vão impor a ditadura do proletariado pelo voto. E, pelo voto, eles vão massacrar os que estão aqui, à direita do plenário.

Parabéns aos militares!

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidenta.

31 DE MARÇO DE 2010

Sr. Presidente, saúdo os militares e civis que, em 1964, tiveram a coragem de assumir o comando do País, e o faço em nome do falecido jornalista Roberto Marinho, que, em editorial do jornal O Globo, de 7 de outubro de 1984, intitulado Julgamento da Revolução, disse o seguinte no primeiro parágrafo: "Participamos da Revolução - democrática - de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçados pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada".

Há alguma diferença hoje? Não.

Os militares assumiram o poder, então, com apoio de toda a imprensa, que exigia que os militares assumissem o poder em 1964; com apoio da classe empresarial, que não admitia a estatização; e, repito, com apoio da Igreja Católica, que, nas missas, impulsionava os militares a terem coragem de assumir o poder juntamente com os civis sérios - o ateísmo era a religião dos comunistas; que impulsionava os produtores rurais, que não queriam ver suas fazendas tomadas pelas ligas camponesas; que impulsionava as mulheres, nas ruas, em quase todas as capitais do Brasil, não apenas no Rio de Janeiro, como há pouco disse o Deputado Ibsen Pinheiro justificando sua emenda.

Assim o Brasil deu início a 20 anos de glória, período em que o povo gozou de plena liberdade e de direitos humanos. Naquela época, o marginal era tratado como marginal. Hoje, ele tem direitos humanos, tem auxílio-reclusão e vota. É o absurdo dos absurdos!

Dirijo-me agora aos jovens que estão me ouvindo, dada a impregnação da mídia, para que tenham realmente noção do que foi o regime militar. Procurem os mais velhos, perguntem ao primeiro que estiver passando na frente de sua casa que tiver acima de 60 anos como foi o regime militar e se ele não tem saudades daquela época, época em que todos eram respeitados, até mesmo este Parlamento, que hoje não o é mais.

Muito importante também, Sr. Presidente, foram as realizações dos militares em 20 anos de liberdade. Lançamos o lema Brasil: ame-o ou deixe-o. Todos tinham liberdade para sair do País, para ir e vir. O criminoso, repito, era tratado como criminoso. Nenhum Presidente militar enriqueceu-se ao longo de 20 anos de regime.

Construímos a Hidrelétrica de Itaipu, a Ponte Rio-Niterói, fizemos a duplicação da Dutra, portos, aeroportos, telecomunicações. Não há, hoje, um só militar que tenha enriquecido nessa época. O Brasil passou da 49ª para a 8ª economia do

mundo exatamente por causa disso, porque a roubalheira praticamente não existia. E, quando aparecia, a autoridade era cassada pelo saudoso AI-5, que veio para evitar que o terrorismo se expandisse mais em nosso País.

O povo, iludido, lamentavelmente trocou tudo isso por voto. O voto é muito importante, mas quando se tem responsabilidade. Quando não se tem, como acontece hoje em dia, a troca do voto por bolsa família e por projetos assistencialistas. Há uma candidata do Governo com grande chance de chegar à Presidência. Agora, ninguém questiona o passado de Dilma Rousseff, o passado de terrorista, de assaltante, de integrante de movimentos como o VAR-Palmares, responsável pela execução de tantas pessoas inocentes em nosso País, inclusive usando carros-bombas e sequestrando dezenas de autoridades.

Sr. Presidente, pelo que os militares fizeram em 1964, minha saudação a eles e aos civis de bem que assumiram o timão do Brasil à época.

29 DE MARÇO DE 2012 B

Sr. Presidente, quero saudar o 31 de março que se aproxima e fazer a leitura de trechos de alguns editoriais da imprensa da época.

A verdadeira história do que foi aquele período está nas bibliotecas, em revistas como, por exemplo, a revista Manchete, na edição especial de abril de 1964, em que toda a imprensa apoiou aquele momento em que as Forças Armadas estiveram à frente para que o regime fosse mudado e não caíssemos numa ditadura do proletariado.

Diz aqui o editorial do jornal O Globo, de 2 de abril de 1964:

"Ressurge a Democracia.

Vive a Nação dias gloriosos, porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem.

Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que, obedientes a seus chefes, demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradição.

Como dizíamos, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ser a garantia da subversão, a espora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade, não seria legítimo admitir o assassinio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada."

E assim se foram os 20 anos do regime militar.

E, em 1964, o mesmo Roberto Marinho, no editorial da capa do jornal O Globo, diz:

"Roberto Marinho.

Julgamento da Revolução. Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçados pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada."

Muito semelhante ao que acontece hoje em dia. Os perdedores de 64 hoje estão no Poder, na busca do seu caminho, de um regime não aceito pelo povo brasileiro.

Cito aqui, Sra. Presidente, editoriais de alguns jornais daquela época: Estado de Minas: "Multidões em júbilo na Praça da Liberdade"; Correio Braziliense: "Milhares de pessoas compareceram, ontem, às solenidades que marcaram a posse do Marechal Humberto Castelo Branco na Presidência da República"; O

Cruzeiro: "Sabíamos todos que estávamos na lista negra dos apátridas..."; Correio da Manhã: "O Brasil já sofreu demasiado com o governo atual. Agora, basta!"

Continuam os editoriais da época: Correio da Manhã: "Lacerda anuncia a volta do País à democracia".

Meu Deus do céu, que Comissão da Verdade é essa que quer reescrever essa história? Pessoas treinadas em Cuba, na China, na Coreia do Norte, como dinheiro de Fidel Castro?

A Sra. Presidente, como uma grande democrata que é, vai me conceder mais um minuto para concluir meu pronunciamento.

Continuando: O Globo, de 64: "A revolução democrática antecedeu em um mês a revolução comunista"; Estado de Minas: "Os militares não deverão ensarilhar suas armas antes que emudeçam as vozes da corrupção e da traição à Pátria"; Jornal do Brasil, Pontes de Miranda teve de admitir e disse: "Forças Armadas violaram a Constituição para poder salvá-la"; Jornal do Brasil: "Partidos asseguram a eleição do General Castelo Branco". Foi esta Casa quem assegurou a eleição de Castelo Branco, votou e, no dia 15 de abril, ele assumiu. Jornal do Brasil: "Castelo garante o funcionamento da Justiça". A Justiça não funcionava.

Então, Sra. Presidente, a história está nas bibliotecas. Aqueles que querem reescrever a história querem contar mais uma mentira sobre o que aconteceu naquele momento.

Eu saúdo os militares e lamento não poder estar presente hoje à tarde no Clube Militar do Rio de Janeiro.

27 DE MARÇO DE 2013

Sr. Presidente, quero saudar o dia 31 de março de 1964, em que os militares, estimulados por toda a imprensa - falada, escrita e televisada -, por toda a Igreja Católica, pelas mulheres em passeata pelas ruas, pelos empresários e pelos ruralistas, assumiram os rumos do País, evitando que fôssemos comunizados e transformados numa grande Cuba.

Foram 20 anos de pleno emprego, prosperidade, respeito à família e liberdade, onde nenhum militar ficou rico, do soldado ao general.

Os que hoje estão no poder idolatram ditaduras e ditadores pelo mundo afora, dando provas de que, na verdade, os militares estavam do lado certo, o lado do povo.

Concluindo, Sr. Presidente, daqui a pouco estarei na frente do Ministério da Defesa, com fogos de artifício, com faixas e cartazes, para acordar o Ministro Celso Amorim, mostrando para ele que nós, militares, amamos o 31 de março, porque amamos a democracia.

31 DE MARÇO DE 2015

Sr. Presidente, como capitão do Exército e devidamente autorizado pelo major Olímpio, quero nesta data, 31 de março, saudar os militares das Forças Armadas e os integrantes das forças auxiliares, em memória do Tenente Alberto Mendes Júnior, da nossa então gloriosa Força Pública de São Paulo, que, com seu sacrifício, somados a quase uma centena de civis, deram suas vidas pela liberdade que hoje ainda temos.

Eu temo pelo futuro, porque a situação que o Brasil atravessa hoje em dia, no meu entender, está muito pior que o pré-64. Mas esse povo, como naquela época, fará valer sua força e nos salvará novamente desse comunismo, dessa ditadura

desgraçada imposta por esse partido que atualmente está no Governo.

Assim, Sr. Presidente, daqui a pouco estarei na defesa com uma faixa e com foguetório saudando esta data.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

01 DE ABRIL DE 2015

Sr. Presidente, depois do dia de ontem, quando eu assisti ao ex-Presidente Lula declarar indignação com a corrupção, chego à conclusão de que Deus é brasileiro, o Papa é carioca e o Pinóquio é petista. Quanta diferença entre os Governos do PT - o quarto agora - e os cinco Governos militares do passado. No passado havia prosperidade, democracia, liberdade para o povo, crescimento econômico e respeito à família. Hoje, abundam corrupção, violência, desgaste dos valores familiares e uma perfeita tragédia no tocante à economia.

Parabéns aos militares de 31 de março de 1964! Minhas homenagens a vocês que transformaram o Brasil realmente numa grande potência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

31 DE MARÇO DE 2016

Sr. Presidente, o que está acontecendo no Brasil não se vai encerrar numa votação dentro deste plenário. Este recado do vale-tudo está vindo do Partido dos Trabalhadores. E hoje a data é emblemática.

Primeiro, quero saudar o PT e o PCdoB pelo dia de amanhã, o Dia da Mentira. Sem mentira, vocês não existem. Sem enganação, sem roubalheira, sem corrupção, vocês não existem.

Eles estão dando sinais de que vão para o tudo ou nada. Estes movimentos de rua não são movimentos que nascem do sentimento popular. São movimentos que vêm sendo bancados por recursos públicos, arrebanhando cada vez mais gente que não tem nenhum conhecimento de política.

Eu quero, Sr. Presidente, saudar o 31 de março de 1964, segunda data da independência do nosso Brasil. Não quero saudar apenas os militares das Forças Armadas. Quero saudar todo o povo brasileiro, que naquela época foi às ruas pedir o afastamento do comunista João Goulart.

O Congresso, ouvindo a voz das ruas, este Congresso que aqui está, no dia 2 de abril de 1964, cassou o mandato de João Goulart.

Esse pessoal da Esquerda é tão descarado, tão sem caráter, que no ano retrasado votou um projeto de decreto legislativo anulando a sessão de 2 de abril de 1964, como o ídolo deles, Lenin, que apagava fotografias.

A "esquerdalha" no Brasil, que não tem compromisso com a verdade, com a democracia nem com a liberdade, simplesmente apaga fatos. É uma vergonha essa Esquerda do Brasil! É uma máquina do ódio e da mentira.

Sr. Presidente, trago três manchetes de jornais da época. Veja que manchete atualíssima na capa do Correio da Manhã de 31 março de 1964: "O Brasil já sofreu demasiado com o Governo atual. Agora, basta!"

Agora, basta, Dilma! Basta, PT! Basta, PCdoB! Basta, PSOL! Chega de roubar da Nação brasileira! Chega de enganar os mais humildes!

Manchete do jornal O Globo de 4 de abril de 1964: "Ressurge a Democracia. Vive a Nação dias gloriosos".

Nós vamos chegar lá. Nós vamos afastar esse corpo estranho chamado PT. Quero dizer ao Líder do PT, que há pouco passou por esta tribuna, que presidencialismo de coalizão não é vale-tudo, não! Não é jogar Ministério para cima

e enfiar dinheiro na cueca de assessor Parlamentar, não! O seu irmão, até pouco tempo, estava no xilindró. O grande defensor da democracia, preso no regime militar e na democracia de vocês, estava cumprindo pena na Papuda por corrupção.

A última manchete, Sr. Presidente, é do Jornal do Brasil de 6 de abril de 1964. Pontes de Miranda, respeitado até hoje, enunciou: "As Forças Armadas violaram a Constituição para poder salvá-la".

Meus senhores, com base no art. 142 da Constituição Federal, as Forças Armadas estão à disposição da soberania nacional, tenham certeza! De acordo com o art. 142, as Forças Armadas cumprirão seu papel constitucional. As Forças Armadas nunca foram intrusas na política. Sempre estiveram subordinadas à vontade nacional, e assim será.

Não vai ser um Ministro comunista, do PCdoB, Aldo Rebelo, que vai dar qualquer ordem às Forças Armadas para defender um Governo corrupto, canalha, imoral, que não tem nenhum compromisso com a democracia ou com a nossa liberdade.

Muito obrigado.

Salve o dia 31 de março de 1964!